



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO DE INSPEÇÃO
VARA CRIMINAL E DE EXECUÇÕES FISCAIS DA COMARCA DE
CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

Comarca	CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA – PA 10º Pólo - 13ª Região Judiciária - 24ª Zona Eleitoral
Unidade inspecionada	VARA CRIMINAL E DE EXECUÇÕES FISCAIS
Competência	CRIMES E EXECUÇÃO FISCAL
Data da Inspeção/Edital	11 e 12 DE MARÇO DE 2024/EDITAL N° 002/2024-CGJ
Responsável pelo preenchimento do questionário na Unidade	ALINE COSTA DE SOUSA (DIRETORA DE SECRETARIA)





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

1. INFORMAÇÕES GERAIS (Dados funcionais e Administrativos):

1.1. Juiz/Juíza de Direito/Período de titularidade ou exercício:

Anotação da Unidade: CÉSAR LEANDRO PINTO MACHADO, Titular desde 26/04/2021, se encontro em gozo de licença, conforme item 1.2. desse questionário. O Juiz Substituto JOSÉ AUGUSTO PEREIRA RIBEIRO respondeu pela vara entre 1º a 30 de setembro de 2023 (Portaria nº 3714/23-GP), 02 a 31 de outubro de 2023 (Portaria nº 4636/23-GP), 08 a 12;16 a 20 e de 23 a 27 de janeiro de 2024 (Portaria nº 5547/2023-GP) e no mês de fevereiro em virtude da Portaria nº 335/2024-GP. Atualmente responde o Juiz MARCOS PAULO SOUSA CAMPELO, desde o dia 02/03/2024, designado pela Portaria nº 761/2024-GP.

1.2. Afastamentos do(a) magistrado(a) nos últimos 03 (três) meses:

a) Férias

Cesar Leandro Pinto Machado - Juiz Titular Férias- SigaDoc TJPA-DES-2024/12133.

(Fevereiro, Abril, Maio e Junho de 2024)

José Augusto Pereira Ribeiro -Juiz Substituto- Férias – 1.12.2023 a 20.12.2023 e 4.3.2024 a 23.3.2024

b) Folgas compensatórias:

Cesar Leandro Pinto Machado – SigaDoc TJPA-DES-2023/281742.

(08/01/2024 – 12/01/2024)

(16/01/2024 – 20/01/2024)

(23/01/2024 – 27/01/2024)

c) Licenças:

Cesar Leandro Pinto Machado - Juiz Titular



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Licença-Prêmio 02/03/2024 – 31/03/2024

1.3. Se a Unidade compõe comarca com mais de uma Vara, qual foi o último período de plantão em que houve atuação do(a) magistrado(a)?

Anotação da Unidade: Dia 16/02/2024 a 22/02/2024. Plantão realizado pelo Magistrado José Augusto Pereira Ribeiro.

Observação da Corregedoria I: A Comarca possui três varas, sendo uma cível e empresarial, uma de Juizado Cível e Criminal e a Vara Criminal e de Execuções Fiscais, que fazem revezamento entre si nos plantões judiciais.

Observação da Corregedoria II: A Vara tem competência criminal integral e execução penal no regime aberto, prisão domiciliar e medidas alternativas. **A execução penal regime fechado e semiaberto é feito pelas Vara de Execução Penal de Marabá e Vara Criminal de Redenção.**

A Diretora de Secretaria está no cargo deste setembro de 2017.

1.4. Quantos expedientes encontram-se pendentes de resposta à Presidência, Corregedoria, Ouvidoria, Coordenadorias, Seção de Direito Penal e Turmas de Direito Penal?

Anotação da Unidade: Há dois expedientes da Corregedoria que estão pendentes de resposta, mas se encontram dentro do prazo. PJEOR 0000874-55.2024.2.00.0814 e PJEOR 0000576-97.2023.2.00.0814.

Observação da Corregedoria:- O PJEOR 0000874-55.2024.2.00.0814 refere-se ao pedido de providências instaurado pela CGJ para acompanhamento e aperfeiçoamento da Unidade com o objetivo da unidade apresentar a esta Corregedoria, até o 5º dia útil de cada mês, nos autos do respectivo processo no PJeCor, relatório circunstanciado, contendo:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

- “1) as atividades realizadas no período e os processos impulsionados;
2) as eventuais dificuldades encontradas para o julgamento dos processos ajuizados até 2021 e para as baixas processuais, sem prejuízo do acompanhamento a ser realizado pela Corregedoria-Geral, através do painel de gestão judiciária e da plataforma Power BI desenvolvida pelo DPGE para essa finalidade;
3) as providências adotadas para aperfeiçoar a gestão do acervo e o alcance dos objetivos estabelecidos no Plano de Ação, com ênfase no impulsionamento da tramitação processual”

Partes		Data limite prevista para ciência ou manifestação	Documentos	Fechado
Atos de comunicação				
Intimação (456023) ALINE COSTA DE SOUSA Expediente eletrônico (27/02/2024 11:14:10) O sistema registrou ciência em 09/03/2024 23:59:59 Prazo: 10 dias		20/03/2024 23:59:59 (para manifestação)		NÃO
Intimação (456022) Expedientes Conceição do Araguaia - Vara Criminal e de Execuções Fiscais - TJP Representante: Conceição do Araguaia - Vara Criminal e de Execuções Fiscais - TJP Expediente eletrônico (27/02/2024 11:14:10) O sistema registrou ciência em 09/03/2024 23:59:59 Prazo: 10 dias		20/03/2024 23:59:59 (para manifestação)		NÃO
Intimação (456024) ARCOS PAULO SOUSA CAMPELO Expediente eletrônico (27/02/2024 11:14:10) O sistema registrou ciência em 09/03/2024 23:59:59 Prazo: 10 dias		20/03/2024 23:59:59 (para manifestação)		NÃO

PJECOR 0000576-97.2023.2.00.0814, ciência de arquivamento de decisão de correição de 2023, não tendo o magistrado apresentado resposta, quando demandado. A Correição foi arquivada, constando na decisão de arquivamento: **“(...)que cumprimento das determinações pendentes será avaliado no relatório da correição ordinária de 2023. Ressalta-se que a Correição Ordinária referente a 2023 encontra-se registrada no PJe Cor 0000746-35.2024.2.00.0814”**.

1.5. Qual a data de realização da última reunião entre magistrado(a) e servidores(as) para confecção/atualização do plano de ação da Unidade?

Anotação da Unidade: 09/02/2024

Observação da Corregedoria: A Diretora de Secretaria informou que na data acima houve uma reunião entre magistrado e servidores do gabinete e da secretaria, onde foi traçado um plano de ação pelo gabinete, com sugestões da Secretaria e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

encaminhado junto com a autocorreção.

2. CORPO FUNCIONAL:

2.1. Quadro de pessoal:

2.1.1 Secretaria

Nome	Vínculo do(a) servidor (a) (efetivo/exclusivamente comissionado/cedido/requisitado/estagiári o/terceirizado)
ALINE COSTA DE SOUSA	EFETIVO
RITA DE SOUSA PARREIRA	EFETIVO
VALMIRENE MARTINS BARROS	EFETIVO
MARCIA DE JESUS GOMES LIMA ROCHA	CEDIDO
VERA LÚCIA DA CONCEIÇÃO	CEDIDO

2.1.2. Gabinete:

Nome	Vínculo do(a) servidor (a) (efetivo/exclusivamente comissionado/cedido/requisitado/estagiári o/terceirizado)
JAESIA ALVES OLIVEIRA	EFETIVO
LEONARDO ALVES DE MELO BRAGA	EXCLUSIVAMENTE COMISSIONADO
RENATA CABRAL MARTINS	EFETIVO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

QUADRO FUNCIONAL TOTAL DA UNIDADE:

Vínculo do(a) servidor(a)	Quantitativo
Efetivos(as)	6
Exclusivamente comissionados	1
Cedidos(as)/Requisitados(as)	2
Estagiários(as)	0
Terceirizados(as)	0

Observação da Corregedoria: A Diretora de Secretaria informou que há um servidor de nome Alan Freire de Alencar, matrícula 157511, que foi lotado na Vara, porém está de licença médica no

período de 4/1/2024 a 2/4/2024.

Vara Criminal e de Execucoes Fiscais da Comarca de Conceicao do Araguaia			
SubÁrea	Comarcas do Interior		
Lotação	Vara Criminal e de Execucoes Fiscais da Comarca de Conceicao do Araguaia		
Gestor(a)	Aline Costa de Sousa		
Localização	FORUM DES. LICURGO NARBAL DE OLIVEIRA SANTIAGO		
Telefones	(94) 3421-1284		
E-mail Institucional			
Juiz Titular	Cesar Leandro Pinto Machado		
Juiz Substituto	Marcos Paulo Sousa Campelo		
Nome	Vínculo	Grupo	Situação
Alan Freire de Alencar	Efetivo	Analista Judiciario	Afastamento: Pericia Medica: 04/01/2024 - 02/04/2024 - Dia(s): 90
Aline Costa de Sousa	Efetivo	Analista Judiciario	Normal
Cesar Leandro Pinto Machado	Magistrados		Licença-Prêmio/Capacitação: 02/03/2024 - 31/03/2024 - Dia(s): 30
Marcos Paulo Sousa Campelo	Magistrados	Diretor do Forum de Conceicao do Araguaia	Normal
Renata Cabral Martins	Efetivo	Analista Judiciario	Normal
Rita de Sousa Palmeira	Efetivo	Atendente Judiciario	Normal
Valmirene Martins Barros	Efetivo	Auxiliar Judiciario	Normal

Gabinete da Vara Criminal e de Execucoes Fiscais da Comarca de Conceicao do Araguaia			
SubÁrea	Comarcas do Interior		
Lotação	Gabinete da Vara Criminal e de Execucoes Fiscais da Comarca de Conceicao do Araguaia		
Localização	FORUM DES. LICURGO NARBAL DE OLIVEIRA SANTIAGO		
Telefones	(94) 3421-1284		
E-mail Institucional			
Nome	Vínculo	Grupo	Situação
Fernanda Galati de Oliveira	Exclusivamente Comissionado	Comissionado	Normal
Jaesia Alves Oliveira	Efetivo	Auxiliar Judiciario	Normal
Leonardo Alves de Melo Braga	Exclusivamente Comissionado	Comissionado	Normal

2.2. Há servidores(as) que executam suas atividades em regime de teletrabalho? (Portaria n. 2897/2019, de 17/06/2019). Em caso positivo, de que forma é feito o controle de produtividade? Quais as metas estabelecidas?

Anotação da Unidade: Há 1 servidora em teletrabalho. Renata Cabral Martins com



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

deferimento de prorrogação de 09/04/2023. Os planos de teletrabalho são reanalisados a cada 06 meses ou havendo necessidade em período anterior a ser estipulado pelo juiz.

Observação da Corregedoria: A servidora Renata Cabral Martins está em teletrabalho e tem um plano de ação anexado à autocorreção para execução. Quem faz o controle da produtividade do teletrabalho é o Magistrado. EM ANEXO

2.3. Como é feito o controle de produtividade dos(as) servidores(as) em regime de trabalho presencial?

Anotação da Unidade: Por meio do acompanhamento no Painel de Gestão Judiciária -Painel de Gestão de Atividades, considerando de forma pormenorizada o processo ou atividade que o servidor desenvolve.

Observação da Corregedoria: O controle é feito quinzenalmente pela Diretora de Secretaria. Os trabalhos são distribuídos entre os servidores, mas há remanejamento de pessoal quando se precisa cumprir prioridades ou quando alguém está de férias.

3. INSTALAÇÕES DA UNIDADE:

3.1. Houve pleito administrativo para resolução de problemas estruturais porventura identificados na última correção tanto do Gabinete quanto da Secretaria? Qual a última movimentação do expediente?

Anotação da Unidade: Por meio do SIGA-DOC TJPA-OFI-2021/03289, protocolizado em 30/06/2021, foi solicitada pelo Diretor do Fórum à época, Dr. César Leandro Pinto Machado, a reforma e ampliação do prédio do Fórum desta comarca. No Siga houve despacho informando que foi executada a demanda. Entretanto, persistem vários problemas, dos quais destaco as aberturas no forro da



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria desta vara, de onde caem fezes e excrementos de animais sobre as mesas de trabalho e equipamento de informática. Registre-se que após essa solicitação, foi feita reforma somente no forro do Gabinete desta vara e da sala da Equipe Multidisciplinar, onde hoje funciona a Secretaria do Fórum.

SIGA-DOC TJPA-REQ-2023/03966 foi atendido parcialmente, foi fornecido os móveis solicitados para o gabinete e somente parte dos móveis solicitados para o Tribunal do Júri.

Observação da Corregedoria: A Diretora de Secretaria relatou que o problema do forro persiste, de onde cai muita sujeira sobre as mesas. Também há um problema de infiltração nas paredes decorrentes dos aparelhos de ar-condicionado.

Sugere-se como recomendação que seja dado conhecimento à Presidência da situação do forro da Unidade para as providências.

A Unidade também deve providenciar siga-doc para acompanhamento do pedido junto à Secretaria de Administração.

4. DADOS ESTATÍSTICOS:

4.1. PROCESSOS JUDICIAIS:

Data da coleta de dados pela Unidade: 08/03/2024

Dados processuais	Total no período do preenchimento do questionário	Total na data da Inspeção (11/3/2024)
Total de processos que compõem o acervo ativo	4.697	4.693
Total de processos suspensos, sobrestados ou	842	758



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

arquivados provisoriamente		
Total de processos em tramitação na Vara, incluindo suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente (acervo total)	5.539	5.451
Total do acervo com prioridade	991	994
Total de processos sem movimentação há mais de 100 dias em Secretaria (excluídos suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente)	433	462
Total de processos conclusos para o(a) magistrado (a)	1.455	1.447
Total de processos conclusos para o(a) magistrado(a) há mais de 100 dias	824	824
Total de processos envolvendo prioridade legal conclusos há mais de 100 dias	203	63
Total de processos julgados e não baixados	447	452

4.2. FLUXO PROCESSUAL NOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) MESES:

**Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária (entrada de feitos/ distribuição/ redistribuição)*

Processos judiciais	Quantidade
Total de processos distribuídos e redistribuídos	351
Total de processos julgados	285
Total de processos baixados definitivamente do acervo	178



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

4.3. PRODUTIVIDADE DOS(AS) MAGISTRADOS(AS) NOS ÚLTIMO 03 (TRÊS) MESES:

**Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária/identificar a produtividade individualizada por magistrado que tenha atuado na Unidade no período*

Atos processuais dos(as) Juízes/Juízas	Quantidade
Decisões interlocutórias	1019
Despachos	198
Sentenças com resolução de mérito	224
Sentenças sem resolução de mérito	60
Audiências realizadas	126

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU
AMBIENTE DE RELATÓRIOS

CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA VARA CRIMINAL E DE EXECUÇÕES FISCAIS DA EDMAR...

Resumo de produção do gabinete

NOME	DESPACHOS	DECISÕES INTERLOCUTORIAS	TOTAL DE SENTENÇAS	SENTENÇAS HOMOLOGATORIAS	RECURSOS
JOSE AUGUSTO PEREIRA RIBEIRO	138		599	161	
MARCOS PAULO SOUSA CAMPELO	10		120	12	
CESAR LEANDRO PINTO MACHADO	12		65	17	
ANÁ PRISCILA DA CRUZ DIAS			4		1
			2		
ACRÍDIO SAURA DE FIGUEIREDO	1		1	1	
LEIS FILLIPE DE GODOY TRINDA				44	
Total	161		791	235	1

MOVIMENTAÇÕES DO GABINETE

Selecione um período:
10/01/2024 10/03/2024

5. METAS NACIONAIS:

5.1. Quem realiza o controle/acompanhamento dos índices de cumprimento das Metas Nacionais? Existe plano de ação adotado na Unidade? Em caso positivo, anexar cópia.

Anotação da Unidade: O controle/acompanhamento dos índices de cumprimento das Metas Nacionais é feito pelo Magistrado e Diretora de Secretaria. Foi feito plano



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

de ação por ocasião da Correição Ordinária realizada em fevereiro de 2024.

Observação da Corregedoria: O Assessor do Juízo informou que sabe gerir bem o painel de gestão, e consegue extrair filtros do painel. A Servidora Renata reportou que começou a mexer no painel de gestão faz um mês. Em relação ao cumprimento das Metas Nacionais referentes ao ano de 2023, a Unidade não cumpriu as metas 2, 8 e 10, conforme print abaixo.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

6. ROTINA DE TRABALHO DA SECRETARIA:

6.1. Sobre o fluxo processual assinale as etapas que são operacionalizadas:

- a. Fluxo processual: triagem, conferência e correção de cadastro de classes e assuntos processuais;
- b. Conferencia e registro de todas as informações de todos(as) os(as) réus(rés) (*nome completo, data de nascimento, filiação, CPF, RG e último endereço*)
- c. Análise, controle e tempo médio para análise de processos vindos do Gabinete;
- d. Movimentação processual;
- e. Elaboração de minutas e revisão;
- f. Gestão de rotinas e da equipe, controle estatístico e produtividade da equipe;
- g. Gestão do acervo: são controlados os prazos de vencimento de benefícios?
- h. Retificação de autuação no sistema PJE após recebimento da denúncia
- i. Registro dos dados de prisão e soltura dos(as) réus(rés) e atualização das informações constantes da aba “*Informações Criminais*”

6.2. Há fluxo de trabalho para o recebimento de informações sobre a instauração de qualquer investigação criminal, inquérito policial ou procedimento de investigação criminal no Ministério Público, no prazo previsto no Código de Processo? (*Diretriz Estratégica n. 4 – Desenvolver e regulamentar fluxos de trabalho, pelos juízes criminais, para o recebimento de informações sobre a instauração de qualquer investigação criminal, inquérito policial ou procedimento de investigação criminal no Ministério Público, no prazo previsto no Código de Processo Penal, comunicando-se à Corregedoria local*)

Anotação da Unidade: Recebidos os autos de Inquérito Policial pela Delegacia, os autos são imediatamente encaminhados ao Ministério Público para análise. Com o



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

retorno dos autos do Ministério Público, os autos são imediatamente conclusos para apreciação do Juízo. Não tramita na vara investigação criminal feita pelo Ministério Público.

6.3. Como é organizado o atendimento ao público? Quais são os meios utilizados? A Unidade realiza atendimentos através da ferramenta “Balcão Virtual”? *(Resolução n. 372/2021-CNJ, de 12/02/2021 e Portaria n. 1724/2021-GP, de 18/05/2021)*

Anotação da Unidade: A Vara realiza atendimento presencial no balcão da secretaria (presencial), no Balcão Virtual, telefone e WhatsApp da vara e agendamento *online*. A servidora Vera Lúcia da Conceição é responsável pelo atendimento presencial e atendimento do telefone e WhatsApp. Na ausência dela, é feito o revezamento no atendimento pelos demais servidores. O Balcão Virtual é atendido, preferencialmente, pela Diretora de Secretaria, mas a servidora Valmirene Martins Barros fica responsável em substituí-la quando necessário.

6.4. Quantos processos envolvendo presos(as) provisórios(as) se encontram tramitando na Unidade? De que forma são sinalizados e controlados todos os processos nos quais há ré(u) presa(o) provisória(o)? *(Deve a Unidade anexar relatório e/ou controle em arquivo word ou Excel contendo todos os processos que envolvam réus presos provisórios, com informação do nome do réu, número do processo, capitulação penal, registro INFOPEN/BNMP, data da prisão, estabelecimento de custódia, última movimentação e data da mais recente revisão da necessidade de prisão, conforme dispõe o artigo 316 do CPP)*

Anotação da Unidade: Tramitam na vara 56 (cinquenta e seis) processos de presos provisórios. Alimentação feita no Sistema PJE com etiquetagem dos processos, controle detalhado feito por lista de réu preso compartilhada entre secretaria e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

gabinete.

Observação da Corregedoria: A Diretora de Secretaria informou que alimenta a guia informações criminais dos processos. Em análise por amostragem dos processos 0803828-84.2022.8.14.0017 e 0006132-31.2018.8.14.0017, verificou-se que as informações criminais não estão preenchidas. **Sugere-se como recomendação** que a Unidade envide esforços para o preenchimento da guia de informações criminais.

A captura de tela mostra a interface do sistema PJe. No topo, há uma barra azul com o logo PJe, o número do processo "APOrd 0803828-84.2022.8.14.0017" e o nome do usuário "JOSE WILKE DE SOUZA BRAGA e outros X MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO P...". Abaixo, há uma barra de navegação com as opções "DADOS DA INVESTIGAÇÃO" e "EVENTOS CRIMINAIS", sendo esta última selecionada. O conteúdo principal apresenta um formulário para "APELANTE/APELADO" com o nome "MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA" e o endereço "MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA". À direita, há botões para "+ NOVO EVENTO" e "0 PENDÊNCIAS", e uma barra cinza com o texto "Evento criminal".



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PJe Juri 0006132-31.2018.8.14.0017
Ministerio Publico do Para e outros X JAIR PEREIRA DA SILVA

DADOS DA INVESTIGAÇÃO

EVENTOS

Local do Fato

Data do Fato
Cep:
Logradouro:
UF:
Município:
Bairro:
Número:
Complemento:
Latitude:
Longitude:
Local do Fato:

Procedimentos

Data Inicial: _____ Data Final: _____
Filtro: WVA CRIMINAL E DE EXECUÇÕES FISCAIS DE CORRIGIÃO DO AVANÇADA Incluir Órgãos Vinculados Status: _____
Tipo de Ppca: _____

1 Internados

0 Internado Provisório	86 Presos	Outros Status:
1 Internado Execução Provisória	45 Presos Provisórios	0 Processado
0 Internado Execução Definitiva	0 Presos Cível	4 Investigação
	14 Presos Condenados em Execução Provisória	0 Morto
	27 Presos Condenados em Execução Definitiva	1 Em Liberdade

Resultado da pesquisa

RJ	Nome da Pessoa	Sexo	M da Peça	Nome da Peça	Data da Peça	Orgão Executor
----	----------------	------	-----------	--------------	--------------	----------------

Nenhum registro encontrado

Observação da Corregedoria: Também há uma divergência entre o número de presos da lista de presos provisórios da Vara e a registrada no BNMP. Foi repassada à Diretora de Secretaria a lista de presos extraída do BNMP para que seja feito o saneamento.

6.5. Há processos envolvendo presos(as) provisórios(as) tramitando há mais de 180 (cento e oitenta) dias? (Resolução n. 66/2009-CNJ - Cria mecanismo de controle estatístico e disciplina o acompanhamento, pelos juízes e Tribunais, dos procedimentos relacionados à decretação e ao controle dos casos de prisão). É realizada a revisão da manutenção de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

prisão cautelar da(o)s ré(u)s presa(o)s provisória(o)s a cada 90 (noventa) dias?

(artigo 316, parágrafo único do Código de Processo Penal)

Anotação da Unidade: Sim. Há 15 (quinze) processos envolvendo presos provisórios tramitando há mais de 180 (cento e oitenta) dias. A revisão da manutenção da prisão cautelar do réu preso provisório tem sido feita regularmente a cada 90 (noventa) dias com análise da lista de réus presos da secretaria.

Observação da Corregedoria: A Diretora informou que dois processos estão tramitando há mais de 180 dias em razão da instauração de incidente de sanidade mental, outros em grau de recurso perante o 2º grau e os processos do tribunal do júri, que normalmente demandam mais tempo de tramitação.

6.6. Qual a média de tramitação dos processos envolvendo ré(u)s presa(o)s provisória(o)s entre a data da prisão e o julgamento? *(Diretriz Estratégica n. 13/2023 do Conselho Nacional de Justiça – Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, relatório analítico dos processos de presos provisórios pendentes de julgamento, apontando o tempo médio de tramitação, bem como daqueles julgados no 1º semestre de 2022, apontando o tempo médio entre a data da prisão e o julgamento)*

Anotação da Unidade: Feita análise de alguns processos de réus presos que já se encontram sentenciados, foi possível constatar que a média de tramitação é de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, o que corresponde aproximadamente 8 (oito) meses de tramitação entre a prisão e o julgamento.

Sugere-se como recomendação que seja observada a recomendação conjunta n.º 05/2018-CJRMB/CJCI, de 01 de outubro de 2018 para que haja uma tramitação mais célere de processos com réus presos, providenciando-se, inclusive, a revisão da necessidade da prisão a cada 90 dias dos processos com réus presos nos termos do parágrafo único do art. 316 do CPP.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

6.7. Quais são os estabelecimentos penais sob responsabilidade do Juízo? O(A) Magistrado (a) tem realizado inspeções mensais e inserido o respectivo relatório sobre as condições do estabelecimento no Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP?

Anotação da Unidade: Delegacia de Polícia Civil de Conceição do Araguaia, Delegacia de Polícia Civil de Floresta do Araguaia e Delegacia de Polícia Civil de Santa Maria das Barreiras. O Magistrado tem realizado as inspeções mensais e inserido os relatórios respectivos no CNIEP.

Observação da Corregedoria: Em análise do CNIEP, verificou-se que o magistrado ainda não lançou as inspeções referentes ao ano de 2024 da Delegacia de Polícia Civil de Conceição do Araguaia. **Sugere-se como recomendação** que o Magistrado alimente o banco de dados do CNIEP com os dados das inspeções realizadas na Delegacia de Polícia Civil de Conceição do Araguaia.

Principal	Cadastrar	Retificar	Pesquisar	Relatórios	Contato	Manual Sair
-----------	-----------	-----------	-----------	------------	---------	---------------

LISTAGEM DE INSPEÇÃO

Esfera: Estadual

Tribunal de Justiça Estadual: Tribunal de Justiça do Estado do Pará

1º Grau - Justiça Estadual: 1º Grau - TJP

Comarca: CONCEICAO DO ARAGUAIA

Situação: ATIVO

Estabelecimento Penal: DELEGACIA DE POLICIA DE CONCEICAO DO ARAGUAIA

Ano: 2024

Mês: .TODOS(AS):

Condições Estab.: .TODOS(AS):

Considerações:

Providências:

Nenhuma inspeção encontrada.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

7. MANDADOS/CENTRAL DE MANDADOS/CARTAS PRECATÓRIAS:

7.1. A Unidade está vinculada a Central de Mandados?

Anotação da Unidade: Sim.

7.2. Há efetivo controle pela Secretaria sobre o prazo de cumprimento dos mandados pelos(as) oficiais(las) de justiça? Qual o meio utilizado para verificação desse controle? Qual a periodicidade? Qual a providência adotada para o caso de retardamento da prestação jurisdicional em razão de atraso e/ou não devolução de mandados?

Anotação da Unidade: Devido ao grande número de atribuições, metas e prioridades da Vara, não é possível fazer um controle específico em relação a todos os mandados, uma vez que não há tempo suficiente para a realização desse trabalho com regularidade. Entretanto, na medida em que os processos são analisados e movimentados é feita a verificação de atrasos na devolução dos mandados. A Secretaria realiza a cobrança dos Mandados com prazo extrapolado sempre que verificado que o atraso acarretou paralisação do processo ou eventual prejuízo para a instrução do feito. Verificado atraso na devolução dos Mandados a Secretaria verifica no ícone “expedientes” do PJe para qual Oficial de Justiça foi distribuído o mandado e faz o contato com o Sr(a). Meirinho(a) por telefone ou por e-mail solicitando a devolução do Mandado. Caso o atraso persista, é feita notificação formal, com prazo de 05 (cinco) dias. Persistindo o atraso após a notificação, é certificado nos autos e levado ao conhecimento do Juízo para determinar as providências cabíveis.

Observação da Corregedoria: A Unidade não possui mandados pendentes para sanear nos termos do ofício circular n.º 19/2023-CGJ



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

7.3. A Unidade adota modelo de mandado no PJE? *(anexar o modelo)*

Anotação da Unidade: Sim, a Unidade possui vários modelos de mandados cadastrados no PJe. Seguem anexos três modelos de mandado.

MANDADO DE INTIMAÇÃO

O Exmo. Dr. **#{processoTrfHome.nomeJuizOrgaoJulgador}**, MM. Juiz de Direito Titular da Vara Criminal e de Execuções Fiscais, desta cidade e Comarca de Conceição do Araguaia, Estado do Pará, na forma da lei, etc.

MANDA ao Senhor Oficial de Justiça deste Juízo, a quem for apresentado o presente mandado, o qual foi extraído dos autos da Ação Penal descrita abaixo, que DILIGENCIE no sentido de proceder ao cumprimento do mesmo conforme dados e finalidade abaixo:

Processo nº **#{processoTrfHome.instance.numeroProcesso}**

#{processoTrfHome.instance.classeJudicial}

VÍTIMA: **#{processoParteHome.processoParteTerceiroSemVinculacaoList}**

Endereço: **#**

{preparaAtoComunicacaoAction.destinatariosEnderecoTerceirosExpedienteStr}

Finalidade: **INTIMAR a vítima** acima qualificada a tomar conhecimento da Sentença, cuja cópia segue anexa.

CUMPRA-SE na forma da lei. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Conceição do Araguaia, Estado do Pará, aos **#{dataAtual}**, Eu **#{usuarioLogado.nome}**, digitei, conferi e subscrevi.

#{usuarioLogado.nome}

Servidor(a) da 2ª Vara

Subscrevo com base no PROVIMENTO nº. 006/2009-CJCI

Observação da Corregedoria I: Verificou-se que a Unidade adota modelo de mandado do tipo mala direta, em que alguns campos são preenchidos automaticamente da base de dados do PJe.

Observação da Corregedoria II: Sugere-se como **recomendação** seja priorizada a atualização de dados com a imediatez, conforme peticionamento, via agrupadores ou por ocasião da lavratura do termo de audiência. Desta forma, usando modelo-padrão de mandados, com variáveis, será possível expedir ato de comunicação automatizado.

A Unidade deve atualizar os dados no sistema no momento que houver a comunicação



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

da alteração de dados cadastrais, seja por petição, atendimento presencial, audiência, certidão do oficial de justiça, entre outros. Registre-se que nenhuma ordem judicial/mandado deve ser expedida com endereço no corpo do documento diverso do que esteja alimentado no sistema, tanto no que se refere a endereço de partes quanto de quaisquer das testemunhas.

7.4. Com que regularidade é realizada a depuração dos mandados encaminhados à Central de Mandados e que não foram distribuídos ou perderam validade nos últimos 06 (seis) meses? Anotar o número de mandados pendentes constante no ícone expediente da Secretaria (*vide Ofício Circular nº 19/2023-CG*).

Anotação da Unidade: A unidade não vinha realizando essa depuração, tendo em vista o grande número de atribuições, metas e prioridades da Vara. Entretanto, será incluída na rotina da secretaria a realização dessa tarefa. Atualmente, há 417 (quatrocentos e dezessete) mandados pendentes constando no ícone expedientes.

Observação da Corregedoria: A forma de depuração foi abordada pela Assessora técnica em informática da Corregedoria, durante a realização do workshop.

A Unidade foi orientada a fazer a depuração dos mandados com prazos extrapolados, na guia “Expedientes” do PJe.

7.5 Qual a antecedência que a Secretaria envia o mandado “não urgente” para cumprimento?

Anotação da Unidade: Os mandados em que o ato deverá ser realizado na sede (Conceição do Araguaia) são encaminhados com 45 (quarenta e cinco) dias de antecedência. Já os mandados em que o ato deverá ser realizado nas comarcas distantes da sede (Floresta do Araguaia e Santa Maria das Barreiras) ou zona rural são



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

encaminhados com no mínimo 75 (setenta e cinco) dias de antecedência.

7.6. Considerando a Vara como juízo deprecante, há processos aguardando cumprimento de carta precatória há mais de 03 (três) meses? Foi realizada comunicação à Corregedoria?

Anotação da Unidade: Não.

Sugere-se como recomendação que a Unidade solicite formalmente às Unidades deprecadas a devolução das cartas precatórias, quando tiver, com prazos vencidos e, ainda, não devolvidas.

7.7. Considerando a Vara como juízo deprecado, há processos aguardando cumprimento de carta precatória há mais de 03 (três) meses? Caso positivo, justifique os motivos para a morosidade.

Anotação da Unidade: Há na vara 64 (sessenta e quatro) processos aguardando o cumprimento de carta precatória há mais de 03 (três) meses. Algumas Cartas Precatórias Criminais têm por finalidade a fiscalização das condições impostas em concessão de liberdade provisória. Geralmente, essa fiscalização perdura enquanto durar a Ação Penal no juízo deprecante, demandado uma tramitação muito maior que 3 (três) meses. Há demora também no cumprimento de Cartas Precatórias Cíveis (Execuções Fiscais), que demandam a intimação da parte exequente para o recolhimento das despesas referentes às diligências dos Oficiais de Justiça. Outras CPs Cíveis atrasam, pois já chega com data de audiência já passada ou com data próxima, havendo necessidade de oficiar o Juízo deprecante para informar nova data para a realização do ato.

Observação da Corregedoria: em consulta por amostragem às cartas precatórias n. 0804140-94.2021.814.0017 e n. 0802007-11.2023.814.0017,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

constatou-se que:

Carta precatória n. 0804140-94.2021.814.0017 – Crimes de trânsito. Cumprimento de prestação de serviço à comunidade. Decisão de redistribuição da carta precatória na data de 13/5/2023. Redistribuída à Vara Criminal e de Execuções Fiscais de Conceição do Araguaia na data de 13/11/2023 pelo sistema PJe. Atualmente está na tarefa cumprir ato de decisão.

Carta precatória n. 0802007-11.2023.814.0017 – Fiscalização de medidas impostas em audiência de suspensão condicional do processo. Designada audiência para o dia 28/11/2023. Atualmente está na caixa do PJe. Preparar ato de comunicação.

Observação da Corregedoria: Sugere-se como recomendação que haja o efetivo controle através do painel de gestão das cartas precatórias recebidas e expedidas para que sejam cumpridas no prazo estabelecido. A Unidade deverá informar à Corregedoria se já efetuou a devolução das cartas precatórias acima reportadas. Deve a Unidade dar andamento regular às cartas precatórias.

8. DO BANCO NACIONAL DE MEDIDAS PENAIIS E PRISÕES – BNMP:

8.1. A Unidade observa os termos da Resolução n. 417/2021 do Conselho Nacional de Justiça com relação à expedição de documentos no BNMP? A Unidade realiza diligente e eficientemente a verificação do sistema para sanar eventuais inconsistências de informações e cadastros de mandado de prisão e alvará de soltura da(o)s ré(u)s, inclusive com verificação se a(o) ré(u) possui RJI (Registro Judicial Individual)? Os dados relacionados aos presos provisórios,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

procurados, réus beneficiados com alvará de soltura, possíveis RJIs duplicados e óbitos e se encontram devidamente regulares no BNMP? – (Resolução n. 417/2021-CNJ - Institui e regulamenta o Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP 3.0) e dá outras providências).

Anotação da Unidade: A unidade tem observado os termos da Resolução nº 417/2021 do CNJ, realiza de forma eficiente a verificação do sistema para sanar eventuais inconsistências, inclusive com verificação se o réu possui RJI. Os dados da unidade se encontram devidamente regularizados, após a realização de diversas depurações no ano de 2023, seguindo orientação da Corregedoria Geral de Justiça e do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do TJPA.

Observação da Corregedoria: O print abaixo mostra que a Unidade tem 0 procurados. Em consulta ao processo n. 0001669-56.2012.8.14.0017, constatou-se que há mandado de prisão expedido no BNMP com o status de procurado, conforme print abaixo, o que demonstra inconsistência do BNMP. A Diretora de Secretaria foi orientada a abrir um chamado técnico ao CNJ (sistemasnacionais@cnj.jus.br) para que sanem essa inconsistência.

Resultado da pesquisa

RJI	Nome da Pessoa	Sexo	Nº da Peça	Nome da Peça	Data da Peça	Órgão Expedidor
TR09140927	Elvemar Nunes Otárgem	Fêmea	Masculino	Maria Deolinda Nunes		Procurado



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Nome do Documento	Nome da Peça	Data de Criação	Data da Conclusão	Data da Assinatura	Status da Peça	Órgão Judiciário	Visualizar
0001899-96.2012.8.14.0017.01.0001-17	Mandado de Prisão	20/04/2018 17:28:42	20/04/2018 17:28:48	18/09/2012 12:16:14	Pendente de Cumprimento	VARA CRIMINAL E DE EXECUÇÕES PENAS DE CONDENAÇÃO DO ARAGUAMA	<input type="checkbox"/>

(print de tela do BNMP)

8.2. Considerando a Resolução n. 113/2010 do CNJ, há expedição da guia de recolhimento no prazo de 05 (cinco) dias nos processos de réu preso, em que proferida sentença condenatória? (Dispõe sobre o procedimento relativo à execução de pena privativa de liberdade e de medida de segurança e dá outras providências)

Anotação da Unidade: Sim.

8.3. O cumprimento dos alvarás de soltura ou do mandado de desinternação observa o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas previsto no artigo 6º da Resolução n. 417/2021-CNJ, de 20/09/2021?

Anotação da Unidade: Sim.

8.4. Ao expedir o alvará de soltura ou mandado de desinternação, a Unidade realiza consulta ao sistema nacional ou de informação criminal se o(a) acusado(a) foi preso(a) em flagrante por outro delito ou se há em seu desfavor mandados de prisão por outro crime? Qual o tempo médio para verificação?

Anotação da Unidade: A unidade realiza a consulta no momento em que vai expedir o Alvará de Soltura no BNMP.

8.5. Constatada a falta de cumprimento do alvará de soltura, na forma e prazo legal, o(a) juiz(íza) comunica a irregularidade à Corregedoria-Geral de Justiça ou ao Juízo deprecado, bem como ao Ministério Público?

Anotação da Unidade: Na unidade não houve, até o presente momento, casos de falta de cumprimento de alvará de soltura no prazo legal.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

9. DO CONTROLE DOS PRAZOS PRESCRICIONAIS:

9.1. De que forma é realizado/identificado o controle dos prazos prescricionais nos processos em tramitação na Unidade, de forma a observar a Resolução n. 112/2010-CNJ? *(Resolução 112/2010-CNJ- institui mecanismo para controle dos prazos de prescrição nos tribunais e juízos dotados de competência criminal)*

Anotação da Unidade: Nos processos suspensos e nos que estão em andamento, quando verificada a possibilidade de ocorrência de prescrição, estão sendo feitos cálculos do prazo prescricional pela Calculadora de Prescrição da Pretensão Punitiva disponibilizada pelo CNJ, sendo inserido em cada feito um lembrete com a data prevista para a ocorrência da prescrição.

Observação da Corregedoria: Sugere-se como recomendação que o controle seja feito por etiqueta com ano/mês do prazo prescricional para evitar a extinção da punibilidade pela prescrição.

9.2 Qual a data da última verificação dos processos que se encontram suspensos com fundamento no artigo 366 do Código de Processo Penal, para cumprimento do procedimento determinado pelo Provimento n. 15/2009-CJRMB? *(Provimento n. 15/2009-CJRMB – dispõe acerca dos procedimentos a serem adotados pelas Varas Criminais nos casos de processos suspensos com base no artigo 366 do Código de Processo Penal)*

Anotação da Unidade: Devido ao grande volume de tarefas, metas e prioridades a serem cumpridas pela Secretaria Judicial, não tem sido possível atender o prazo de 90 (noventa) dias determinado pelo Provimento nº 15/2009-CJRMB. Entretanto, durante o ano de 2023 os processos que se encontravam suspensos na Vara foram encaminhados para o Ministério Público para atualizar o endereço do réu e, se fosse



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

o caso, manifestar sobre a prisão preventiva decretada. No intuito de dar cumprimento à determinação do provimento mencionado, será feito um esforço na última semana de março para se verificar os processos suspensos com fundamento no artigo 366 do CPP que precisam ser diligenciados para localização do endereço do réu.

Sugere-se como recomendação que seja feita a utilização do painel de gestão judiciária para que haja o efetivo controle dos processos suspensos para que seja cumprido o provimento 015/2009-CJRMB.

9.3. Em processos que se encontravam suspensos, a Unidade observa o procedimento recomendado na Nota Técnica elaborada pelo Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística-DPGE/TJPA, encaminhada através do ofício circular n. 048/2022-CGJ, quanto à premente necessidade de retirada da condição de suspensão/sobrestamento de autos antes do movimento de julgamento/baixa de processos no sistema PJE? (Ofício circular n. 048/2022-CGJ, expedido nos autos PJEOR n. 0002009-73.2.00.0814)

Anotação da Unidade: A Unidade tem observado a Nota Técnica elaborada pelo DPGE/TJPA, encaminhada através do Ofício Circular nº 048/2022-CGJ, realizando o levantamento da causa suspensiva ou de sobrestamento com o cadastro de certidão com o movimento processual recomendado.

Observação da Corregedoria: as recomendações foram abrangidas no workshop realizado na Unidade com a Assessora Técnica em Informática da Corregedoria, inclusive com orientações de quem deve lançar o movimento de inclusão e retirada da suspensão/sobrestamento.

10. BENS APREENDIDOS:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

10.1. De que forma a Unidade realiza identificação no PJE dos processos que possuem bens apreendidos vinculados?

Anotação da Unidade: Está sendo usada a etiqueta “BENS APREENDIDOS” para a identificação dos processos nessa circunstância.

Observação da Corregedoria: Verificou-se que a Unidade realiza o movimento de juntada de bens apreendidos no PJe, no entanto tal tarefa só é realizada pela Diretora de Secretaria. **É necessário que a tarefa seja compartilhada com os demais servidores da Unidade.**

10.2. Há passivo de bens que foram cadastrados no SNBA (Sistema Nacional de Bens Apreendidos) em que há pendência de registro de sua destinação (destruição/devolução/perdimento/etc.), após eventuais providências determinadas pelo(a) magistrado(a) nos autos criminais, em cumprimento ao Provimento Conjunto n. 02/2021-CJRMB/CJCI (Ofício circular n. 54/2022-CGJ)? A Unidade está realizando o cadastramento de novos bens através do Sistema Nacional de Gestão de Bens-SNGB, nos termos da Resolução n. 483/CNJ-2022? (Resolução n. 483-CNJ, de 19/12/2022 - Institui o Sistema Nacional de Gestão de Bens e dá outras providências)

Anotação da Unidade: Não há na unidade bens cadastrados no SNBA em que há pendência de registro de destinação, pois todas as providências determinadas pelo Magistrado nos autos criminais foram cumpridas, atendendo ao Provimento Conjunto nº 02/2021-CJRMB/CJCI (Ofício Circular nº 054/2022-CGJ). A unidade não recebeu novos bens após a implantação do Sistema Nacional de Gestão de Bens-SNGB. Todos os bens da 2ª Vara Cível e Criminal foram cadastrados no SNBA, antes da redefinição de competências, na qual a vara passou a ter a competência exclusiva para o processamento dos feitos criminais da comarca. Os bens apreendidos que se



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

encontravam na 1ª Vara da Comarca de Conceição do Araguaia, atualmente denominada Vara Cível e Empresarial de Conceição do Araguaia, foram entregues na Secretaria Judicial em janeiro de 2024. Devido ao grande acúmulo de tarefas, metas e prioridades, e ainda o déficit de estagiários desde julho de 2023, ainda não foi possível realizar o cadastro dos bens vindos da 1ª Vara para o SNGB. Entretanto, será feito um plano de ação para que possamos sanar tal situação nos próximos meses.

Observação da Corregedoria: Em pesquisa no SNBA foi constatado a existência de 11 bens a definir, sendo orientada a Unidade a dar destinação nos bens dos processos findos ou naqueles em que ainda não houve a finalização do processo, fazer a migração (cadastro) dos bens para o SNGB, com a consequente baixa no SNBA.

Sugere-se como recomendação que os bens apreendidos nos autos e não devolvidos pela Autoridade Policial quando da lavratura do procedimento seja cadastrado no SNGB e dada a devida destinação nos autos criminais.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Principal Cadastrar Pesquisar Vincular Relatórios Contato Manual Voltar Sair

Pesquisar Bens

Tribunal de Justiça Estadual: Tribunal de Justiça do Estado do Pará
: 1º GRAU - TJPA

Comarca: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

Varas e Juizados Estaduais: VARA CRIMINAL E DE EXECUCOES FISCAIS DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

Bem Apreendido: Todos

Destinação do Bem: A Definir

Descrição Complementar do Bem:

Pesquisar Imprimir Imprimir Detalhado

Bem Apreendido	Tipo	Quantidade	Valor(R\$)	Núm. Processo
Armas e acessórios	Acessórios	1	-	00005895220158140017
Computadores, acessórios, insumos e outros produtos de informática	-	1	800,00	00063249020208140017
Eleto-eletrônicos diversos	-	1	400,00	00063249020208140017
Munição	MUNICOES NÃO CLASSIFICADAS	2	-	00051378620168140017
Munição	MUNICOES NÃO CLASSIFICADAS	1	-	00080458220178140017
Objetos Pessoais ou Domésticos	-	1	10,00	00005582620088140017
Objetos Pessoais ou Domésticos	-	7	200,00	00005895220158140017
Objetos Pessoais ou Domésticos	-	1	-	00011992020158140017
Objetos Pessoais ou Domésticos	-	1	1,50	00012304020158140017
Objetos Pessoais ou Domésticos	-	2	50,00	00063249020208140017
Objetos Pessoais ou Domésticos	-	1	200,00	00106641920168140017

Número de registros: 11

Página 1 de 1

10.3. Os servidores da Unidade realizaram o curso de capacitação do SNGB disponibilizado pela plataforma EAD da Escola Judicial do Estado do Pará e pela plataforma educacional do Conselho Nacional de Justiça?

Anotação da Unidade: Não, mas os servidores da secretaria se comprometeram a realizar o curso ainda no mês de março/2024, utilizando a plataforma EAD da Escola Judicial do Estado do Pará.

Sugere-se como recomendação que todos os servidores façam o curso de SNGB.

11. ROTINA DE TRABALHO NO GABINETE:

11.1. Consultando o controle dos processos paralisados há mais de 100 (cem) dias em Gabinete restou constatado processos com etiqueta de prioridade?

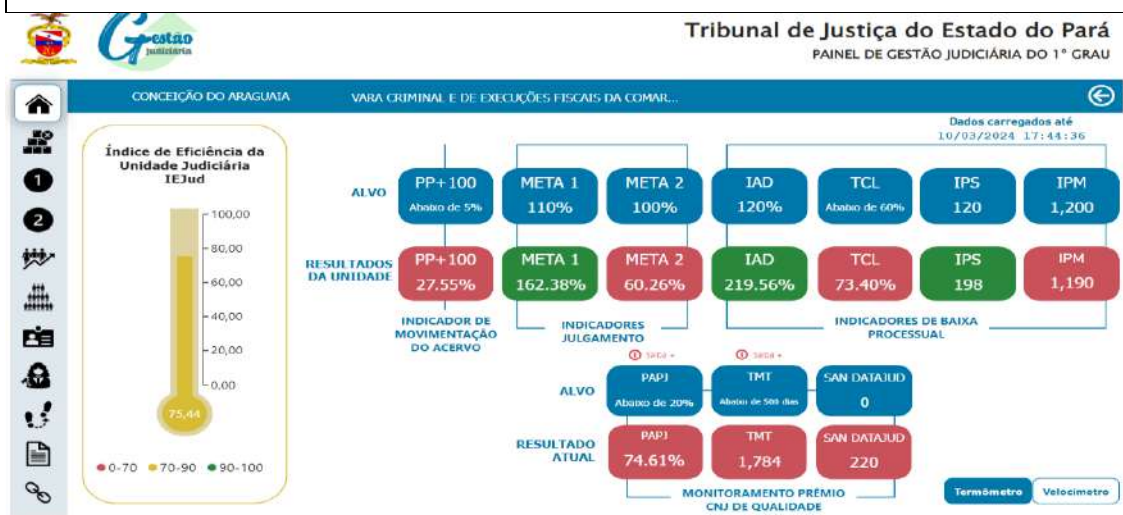


PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Anotação da Unidade: Identificado o processo por meio da lista fornecida no Sistema de Gestão e o controle é realizado por meio de etiquetas “PP+Prioridades”

Observação da Corregedoria: A Unidade tem 1.282 processos paralisados há mais de cem dias em secretaria e gabinete. Há 820 processos paralisados há mais de 100 dias em gabinete.

Sugere-se como recomendação que seja estabelecido um plano de ação para dar impulso processual aos processos paralisados em gabinete há mais de cem dias, com a utilização do painel de gestão judiciária para ter esse efetivo controle.



Tribunal de Justiça do Estado do Pará
 PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU

CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA VARA CRIMINAL E DE EXECUÇÕES FISCAIS DA COMAR...

Lista de processos paralisados há mais de 100 dias

Nº DO PROCESSO	ANO DO PROCESSO	TEMPO DE PARALISAÇÃO	SITUAÇÃO	SISTEMA	IDCLASSE
09000419020189140017	2016	119	EM ANDAMENTO	PJEIG	10943 Ação Penal
09000535620088140017	2006	104	EM ANDAMENTO	PJEIG	1116 EXECUÇÃO
09000683119030140017	1983	102	JULGADO	PJEIG	1116 EXECUÇÃO
09000827320078140017	2007	173	EM ANDAMENTO	PJEIG	282 Ação Penal
09001015820198140017	2019	119	EM ANDAMENTO	PJEIG	10943 Ação Penal
09001056120208140017	2020	112	EM ANDAMENTO	PJEIG	282 Ação Penal
09001227419958140017	1995	174	EM ANDAMENTO	PJEIG	282 Ação Penal
09001434920158140017	2015	106	EM ANDAMENTO	PJEIG	1116 EXECUÇÃO
09001496620098140017	2009	102	EM ANDAMENTO	PJEIG	1116 EXECUÇÃO
09001820320028140017	2002	103	EM ANDAMENTO	PJEIG	1116 EXECUÇÃO
09001942319998140017	1999	165	EM ANDAMENTO	PJEIG	282 Ação Penal
09002123820028140017	2002	103	EM ANDAMENTO	PJEIG	1116 EXECUÇÃO
09002419720189140017	2016	119	EM ANDAMENTO	PJEIG	10943 Ação Penal
09002881320128140017	2012	101	EM ANDAMENTO	PJEIG	279 INQUÉRITO
09003311519958140017	1995	263	JULGADO	PJEIG	1116 Embargos à
09004091720078140017	2007	102	EM ANDAMENTO	PJEIG	1116 EXECUÇÃO
09004214520189140017	2016	147	EM ANDAMENTO	PJEIG	282 Ação Penal
09004346420088140017	2006	101	EM ANDAMENTO	PJEIG	1116 EXECUÇÃO
09004408120189140017	2016	119	EM ANDAMENTO	PJEIG	282 Ação Penal

Em Gabinete (S: sim; N: não) Todas

Gratuidade (S: sim; N: não) N

Sigilo (S: sim; N: não) Todas

Juizo 100% Digital (S: sim; N: não) Todas

Prioridade (S: sim; N: não) Todas

Número do processo Todas



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA VARA CRIMINAL E DE EXECUÇÕES FISCAIS DA COMAR...

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU

Lista de processos paralisados há mais de 100 dias

Nº DO PROCESSO	ANO DO PROCESSO	TEMPO DE PARALISAÇÃO	SITUAÇÃO	SISTEMA	IDCLASSE	
0000016520038140017	2003	142	EM ANDAMENTO	PIETG	1116	EXECUÇÃO
00000145420038140017	2003	262	EM ANDAMENTO	PIETG	1116	EXECUÇÃO
00000213620158140017	2015	119	EM ANDAMENTO	PIETG	10943	Ação Penal
00000352520128140017	2012	207	EM ANDAMENTO	PIETG	282	Ação Penal
00000355920118140017	2011	308	EM ANDAMENTO	PIETG	282	Ação Penal
00000403819998140017	1998	131	EM ANDAMENTO	PIETG	1116	EXECUÇÃO
00000550220018140017	2001	108	EM ANDAMENTO	PIETG	282	Ação Penal
00000603820128140017	2012	119	EM ANDAMENTO	PIETG	283	Ação Penal
00000639020128140017	2012	119	EM ANDAMENTO	PIETG	283	Ação Penal
00000679920148140017	2014	119	EM ANDAMENTO	PIETG	283	Ação Penal
00000688820078140017	2007	329	JULGADO	PIETG	282	Ação Penal
00000754219918140017	1991	171	EM ANDAMENTO	PIETG	1116	EXECUÇÃO
0000083020178140017	2017	119	EM ANDAMENTO	PIETG	283	Ação Penal
00000923820158140017	2015	104	EM ANDAMENTO	PIETG	279	INQUÉRITO
00000962120018140017	2001	328	EM ANDAMENTO	PIETG	1116	EXECUÇÃO
00001035820018140017	2001	131	EM ANDAMENTO	PIETG	1116	EXECUÇÃO
00001045220158140017	2015	119	EM ANDAMENTO	PIETG	283	Ação Penal
00001048219978140017	1997	330	JULGADO	PIETG	282	Ação Penal
00001067120058140017	2005	132	EM ANDAMENTO	PIETG	1116	EXECUÇÃO
0000106720078140017	2007	142	EM ANDAMENTO	PIETG	283	Ação Penal

Em Gabinete (S: sim; N: não)
S:

Gratuidade (S: sim; N: não)
N:

Sigilo (S: sim; N: não)
Todos:

Juízo 100% Digital (S: sim; N: não)
Todos:

Prioridade (S: sim; N: não)
Todos:

Número do processo
Todos:

11.2. Qual o controle estabelecido dos processos paralisados há mais de 100 (cem) dias em Gabinete?

Anotação da Unidade: Identificado o processo por meio da lista fornecida no Sistema de Gestão e o controle é realizado por meio de etiquetas “PP+100”

Observação da Corregedoria: A Unidade fazia o controle pelas etiquetas, e com a chegada do Assessor será feita a gestão pelo Painel de gestão. Foi orientado a observar se é necessária a retificação de autuação dos processos para que não se sentencie em classe equivocadas.

12. DAS AUDIÊNCIAS:

12. Está sendo observada a Resolução nº 21/2022-TJPA, que regula a realização de audiência judicial por videoconferência ou telepresencial?

Anotação da Unidade: Sim.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Observação da Corregedoria: As audiências são híbridas, pois a Defensoria Pública solicita o link nas petições para as audiências. O Ministério Público participa on line, mas quando não tem internet o Ministério Público se faz presente. A Diretora de Secretaria informou que o magistrado realiza as audiências de forma presencial, exceção quando é deferido algum regime especial de trabalho para o magistrado, como por exemplo, o trabalho remoto, mas isso é autorizado pelo Tribunal de Justiça.

12.1. Com base na pauta de audiência do mês anterior, identifique o número de audiências realizadas na modalidade presencial, virtual ou híbrida. No processo em que ocorreu audiência não presencial consta pleito das partes ou do Ministério Público?

Anotação da Unidade: As audiências são feitas pelo formato híbrido, pois, em que pese o magistrado participar e franquear às partes a participação de forma presencial, é possibilitado e fornecido, no despacho que determina a audiência, o link para participação por videoconferência. Registra-se que a Comarca de Conceição do Araguaia abarca municípios distantes da sede, com uma área total de quase 20 mil Km², bem como possui uma extensa população que reside na Zona Rural, o que dificulta, muitas vezes, o deslocamento e a chegada ao Fórum. Assim, com a finalidade de permitir o acesso à justiça, na grande parte das audiências as testemunhas ou partes participam por videoconferência.

Observação da Corregedoria: prints das taxas de realizações de audiências nos meses de janeiro, fevereiro e março/2024.

1. JANEIRO/2024



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
 PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU
 AMBIENTE DE RELATÓRIOS

CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA VARA CRIMINAL E DE EXECUÇÕES FISCAIS DA COMAR...

TAXA DE REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS
 98%

Data da audiência: 01/01/2024 31/01/2024

TIPO DE AUDIÊNCIA	QUANTIDADE
AUDIÊNCIAS_DESIGNADAS	45
AUDIÊNCIAS_MARCADAS_DTEVEN TO	71
AUDIÊNCIAS_NAO_REALIZADAS	8

AUDIÊNCIAS
 Assinante: Todos

Lista de processos movimentados pelo gabinete

Nº PROCESSO	CÓD. CLASSE	CLASSE	DATA
08035643320238140017	1389	Ação de Alimentos	23/01/2024 12:30:0
08036925320238140017	1389	Ação de Alimentos	30/01/2024 10:30:0
08036977520238140017	1389	Ação de Alimentos	30/01/2024 11:30:0
00000672520158140017	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	05/01/2024 15:16:1
00000672520158140017	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	05/01/2024 15:17:1
00001212020178140017	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	12/01/2024 08:27:0
00001212020178140017	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	12/01/2024 09:56:3
00002628820078140017	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	05/01/2024 16:52:2
00004276220128140017	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	05/01/2024 15:21:0
00007131120108140017	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	22/01/2024 11:46:0
00017026520208140017	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	23/01/2024 11:27:3
00018666420198140017	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	23/01/2024 13:03:2
00022321120168140017	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	12/01/2024 10:49:5
00029916720198140017	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	09/01/2024 09:58:5
00033112520168140017	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	24/01/2024 13:29:2
00037529820198140017	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	04/01/2024 16:11:0
00037529820198140017	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	04/01/2024 16:11:5

Tipo de audiências

TIPO DE AUDIÊNCIA	QUANTIDADE
Custódia	69
Instrução e Julgame...	58
Não Informado/Outr...	22
Conciliação	20

2. FEVEREIRO/2024

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
 PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU
 AMBIENTE DE RELATÓRIOS

CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA VARA CRIMINAL E DE EXECUÇÕES FISCAIS DA COMAR...

TAXA DE REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS
 (Em branco)

Data da audiência: 01/02/2024 29/02/2024

TIPO DE AUDIÊNCIA	QUANTIDADE
AUDIÊNCIAS_DESIGNADAS	30
AUDIÊNCIAS_MARCADAS_DTEVEN TO	72
AUDIÊNCIAS_REALIZADAS	27
AUDIÊNCIAS_REDESIGNADAS	3

AUDIÊNCIAS
 Assinante: Todos

Lista de processos movimentados pelo gabinete

Nº PROCESSO	CÓD. CLASSE	CLASSE	DATA
08026621720228140017	1389	Ação de Alimentos	21/02/2024 11:00:0
08037939020238140017	1389	Ação de Alimentos	27/02/2024 11:30:0
08038310520238140017	1389	Ação de Alimentos	27/02/2024 12:00:0
08038371220238140017	1389	Ação de Alimentos	27/02/2024 12:30:0
00005017320198140017	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	20/02/2024 09:00:0
00007131120108140017	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	28/02/2024 09:00:0
00009222820208140017	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	07/02/2024 11:00:0
00027993720198140017	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	27/02/2024 11:00:0
00051068520108140017	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	28/02/2024 12:00:0
00061008920198140017	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	29/02/2024 10:00:0
00105248220168140017	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	22/02/2024 12:00:0
08000576420238140017	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	08/02/2024 09:00:0
08004046820218140017	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	22/02/2024 09:00:0
08011595820228140017	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	26/02/2024 09:00:0
08013105820218140017	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	21/02/2024 09:00:0
08018345520218140017	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	29/02/2024 11:00:0
08019465320238140017	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	01/02/2024 09:00:0

Tipo de audiências

TIPO DE AUDIÊNCIA	QUANTIDADE
Instrução e Julgame...	28
Custódia	11
Conciliação	20
Não Informado/Outr...	5
Admonitória	1

3. MARÇO/2024 (ATÉ DIA 11)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

12.1. Quanto às audiências de custódia, é observado o prazo para sua realização determinado pela Resolução n. 2013/2015-CNJ, de 15/12/2015 e do Provimento Conjunto n. 01/2016-GP/CJCI/CJRMB? (Resolução n. 2013/2015-CNJ – Dispõe sobre a apresentação de toda pessoa presa à autoridade judicial no prazo de 24 horas. Provimento Conjunto n. 01/2016-GP/CJCI/CJRMB – regulamenta a audiência de custódia no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará)

Anotação da Unidade: Sim.

Observação da Corregedoria: É realizada audiência de custódia na Unidade, inclusive, o Assessor reportou que foi realizado no plantão de sábado as audiências de custódia nos processos nº 0800964-05.2024.8.14.0017 e 0800966-72.2024.8.14.0017.

Sugere-se como recomendação que o Magistrado realize identificação biométrica civil dos presos nos termos da resolução CNJ 306, de 17 de dezembro de 2019, com alteração dada pela Resolução nº 319/2020.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

12.2. Qual a data em que foi realizada a última audiência de custódia?

Anotação da Unidade: 28/02/2024 foi a última audiência realizada pelo Juízo da Vara Criminal.

Observação da Corregedoria: As últimas audiências de custódia foram realizadas no sábado no plantão, nos processos acima referidos.

Na data de hoje (11/03/2023) tem audiência de custódia designada no processo 0800974-49.2024.8.14.0017. As audiências são feitas por videoconferência em razão do efetivo pequeno da delegacia de polícia para realizar o transporte dos presos até o fórum. Na delegacia existe uma sala para realizar a audiência de custódia por videoconferência. As outras duas delegacias abrangem os municípios de Floresta do Araguaia e Santa Maria das Barreiras, as quais são distantes do Fórum de Conceição do Araguaia, sendo as audiências de custódia realizadas também por videoconferência. A Unidade recebeu o equipamento de identificação civil dos presos e treinamento para utilizá-lo, porém não utilizam em razão das audiências de custódia não serem realizadas no prédio do fórum.

Sugere-se como recomendação que o Magistrado realize identificação biométrica civil dos presos nos termos da resolução CNJ 306, de 17 de dezembro de 2019, com alteração dada pela Resolução nº 319/2020.

12.3. Perfil da pauta:

a) Quantas audiências estão pautadas para o mês seguinte à inspeção?

Anotação da Unidade: Estão pautadas para abril de 2024 cinquenta e cinco (55) audiências.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Observação da Corregedoria: Verificou-se que há audiências da 1ª Vara Cível que ainda estão vinculadas à 2ª Vara Criminal e de Execução Fiscal. Exemplo: constam no print abaixo, o que precisa ser regularizado pela Unidade.

PJE Pauta de audiência Leonardo Braga

PEQUISA

Jurisdicção: Conceição do Araguaia

Órgão Julgador: Vara Criminal e de Execuções Fiscais de Conceição do Araguaia

Magistrado: []

Conciliador: []

Situações de Audiência: Todas, Designada, Cancelada, Redesignada, Realizada, Não-Realizada, Convertido Em Diligência

Período da audiência: De 11/03/2024 Até 19/12/2024

Data/Hora	Processo	Órgão Julgador	Partes	Classe Judicial	Tipo	Sala	Situação
11/04/2024 12:00	0003099-00/2022 8.14.0017	Vara Criminal e de Execuções Fiscais de Conceição do Araguaia	ANDREA CONCEICAO DDS ANJOS FIGUEIRA X FABRICIO FIGUEIRA DA COSTA	DIVÓRCIO LITIGIOSO (1254/1)	Conciliação	SALA AUDIÊNCIA 2V CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	Redesignada
07/11/2024 10:30	0002187-05/2021 8.14.0017	Vara Cível e Empresarial de Conceição do Araguaia	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ MPPA e outros (1) X ROBERTO DE OLIVEIRA MOURA	ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 (69)	Conciliação	SALA AUDIÊNCIA 2V CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	Realizada
19/03/2024 09:00	0001774-14/2023 8.14.0017	Vara Cível e Empresarial de Conceição do Araguaia	MIKEL DA SILVA LIMA X M. D. S. B. e outros (1)	GUARDA DE INFÂNCIA E JUVENTUDE (1420)	Conciliação	SALA AUDIÊNCIA 2V CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	Designada
19/03/2024 12:00	0001775-52/2021 8.14.0017	Vara Criminal e de Execuções Fiscais de Conceição do Araguaia	DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA X ROSILENE SOARES DIAS	INQUÉRITO POLICIAL (279)	Conciliação	SALA AUDIÊNCIA 2V CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	Designada
19/03/2024 09:00	0003094-05/2010 8.14.0017	Vara Criminal e de Execuções Fiscais de Conceição do Araguaia	DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE FLORESTA DO ARAGUAIA X RDMILSON FELIX DA ROCHA	INQUÉRITO POLICIAL (279)	Conciliação	SALA AUDIÊNCIA 2V CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	Designada

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU
AMBIENTE DE RELATÓRIOS

CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA VARA CRIMINAL E DE EXECUÇÕES FISCAIS DA COMARCA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

TAXA DE REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS
33%

Data de audiência: 10/01/2024 - 29/03/2024

AUDIÊNCIAS

TIPO DE AUDIÊNCIA	QUANTIDADE
AUDIÊNCIAS DESIGNADAS	191
AUDIÊNCIAS MARCADAS, OBTENÍVEL	197
AUDIÊNCIAS NÃO REALIZADAS	5

Assinante: Todos

Tipo de audiências

Tipo de Audiência	Quantidade
Instrução e Julgamento	209
Custódia	91
Conciliação	64
Não Informado/Outros	51
Administrativa	4

Lista de processos movimentados pelo gabinete:

Nº PROCESSO	COD. CLASSE	CLASSE	DATA
08023483720238140017	65	Ação Civil Pública	05/03/2024 11:00:00
08020021720228140017	1389	Ação de Alimentos	21/02/2024 11:00:00
08035643120238140017	1389	Ação de Alimentos	23/01/2024 12:30:00
08036025320238140017	1389	Ação de Alimentos	30/01/2024 10:30:00
080369177520238140017	1389	Ação de Alimentos	30/01/2024 11:30:00
08037939020238140017	1389	Ação de Alimentos	27/02/2024 11:30:00
08038210520238140017	1389	Ação de Alimentos	27/02/2024 12:00:00
08038320720238140017	1389	Ação de Alimentos	05/03/2024 09:30:00
08038371220238140017	1389	Ação de Alimentos	27/02/2024 12:30:00
08038495420238140017	1389	Ação de Alimentos	05/03/2024 09:00:00
08040138820238140017	1389	Ação de Alimentos	12/03/2024 10:30:00
00000418520178140017	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	15/02/2024 12:04:31
00000573120138140017	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	01/02/2024 15:44:44
00001212020178140017	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	12/01/2024 08:37:26
00001212020178140017	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	12/01/2024 09:56:53
00001349212008140017	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	20/02/2024 09:47:43
00002028620178140017	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	00/03/2024 12:58:31

A pauta de audiência é de segunda a sexta-feira. Sendo que as sextas-feiras são designadas sessões do Júri. As audiências de instrução são realizadas às quartas e quintas-feiras. Às quartas-feiras são designadas audiências de violência doméstica. A



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

pauta de audiência é feita no teams e compartilhada entre gabinete e secretaria.

Sugere-se como recomendação que seja alimentado o PJE, corretamente, pela Secretaria para refletir o número correto de audiências designadas, bem como acompanhadas com a realização e com a redesignação.

b) Para qual data está designada audiência mais distante de pessoa que se encontra presa?

Anotação da Unidade: 02/04/2024

Observação da Corregedoria: Verificou-se que a audiência designada para 9/4/2024, processo n.º 00023-83.06.2018.814.0017 (réu C. da S. R.) preso desde 6 de dezembro de 2018. Diligenciar para que a instrução seja encerrada. A servidora Renata reportou que o réu arrola testemunhas caminhoneiros que não são localizados. Nessa audiência será inquirida a última testemunha arrolada pela Defesa. Foi encaminhada lista de réus presos provisórios atualizada em 8/3/2024. A Unidade tem 65 presos provisórios. Lista de presos provisórios em anexo. Verificou-se que há processos de 2018 e 2021 com réus presos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Sugere-se como recomendação que seja observada a recomendação conjunta n.º 05/2018-CJRMB/CJCI, de 01 de outubro de 2018 para que haja uma tramitação mais célere de processos com réus presos, providenciando-se, inclusive, a revisão da necessidade da prisão a cada 90 dias dos processos com réus presos nos termos do parágrafo único do art. 316 do CPP.

13. VARA COM COMPETÊNCIA DE TRIBUNAL DO JÚRI:

13.1 Quantas sessões do Tribunal do Júri foram designadas nos últimos 03 (três) meses?

Anotação da Unidade: Nos últimos 03 meses dezembro a fevereiro foram designadas 03 Sessões.

Observação da Corregedoria: Na Unidade há duas sessões de júri designadas para o mês de março: 15/03/2024 e 22/03/2024. A sessão do Júri de 15/03/2024 (0000001-45.2015.8.14.0017) foi redesignada para 12/04/2024 às 08:30h. Para o dia 22/03/2024, a sessão foi designada nos autos 0000330-58.1995.8.14.0017.

13.2. Quantas sessões foram realizadas e quantas foram redesignadas?

Anotação da Unidade: Foram realizadas 03 Sessões do Tribunal do Juri, não houve redesignações.

Observação da Corregedoria: Há na Unidade processos aguardando designação de sessões de júri. Processos fornecidos pela Analista Renata: 0004497-54.2014.8.14.0017, 0006460-34.2013.8.14.0017, 0000068-88.2007.8.14.0017.

Sugere-se como recomendação que seja, imediatamente, designadas as sessões de Júri.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

13.3 Quantos processos aguardam designação de Tribunal do Júri? Listar processos nesta situação.

Anotação da Unidade: 2 processos aguardam em gabinete para designação de sessão do Tribunal do Júri.

Observação da Corregedoria: A Analista Renata informou que há três processos aguardando designação de sessões de Júri: 0004497-54.2014.8.14.0017, 0006460-34.2013.8.14.0017, 0000068-88.2007.8.14.0017.

14. EXECUÇÃO PENAL:

(O questionário do item execução penal deve ser preenchido quando se tratar de Unidade judicial com competência privativa)

A Unidade executa o regime aberto, os demais regimes são executados pelas Unidade de Execução Penal de Marabá e pela Vara Criminal de Redenção.

14.1. Dados estatísticos do Sistema Eletrônico de Execução Unificado- SEEU:

Data do preenchimento dos dados: 8/3/2024

PERFIL NO SEEU	Regime fechado e semiaberto	Regime aberto e Medidas Alternativas
Total de Execuções Ativas:	36	179
Intimações pendentes na Secretaria – COM URGÊNCIA	0	0
Análise de juntadas - Juntadas para realizar com URGÊNCIA	0	0
Análise de juntadas – Retorno de conclusão com URGÊNCIA	0	0



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Análise de juntada – processos aguardando recebimento no Distribuidor	0	0
Processos com pendências de implantação*	0	Chamado sem resposta – ID 2122218902
Total de processos conclusos	0	62
Total de processos conclusos há mais de 100 (cem) dias.	0	0

***Atenção:** *Os dados dos processos com **pendências de implantação** devem ser solicitados pela Unidade à Secretaria de Informática através de chamado técnico, antes do preenchimento. Verificou-se na central de serviços que o chamado técnico ID 2122218902 já foi resolvido.



14.2 Quantos são os(as) apenados(as) em regime fechado, semiaberto e aberto sob jurisdição da Vara?

Anotação da Unidade: 2 (dois) apenados em regime fechado. 32 (trinta e dois) em regime semiaberto. 155 (cento e cinquenta e cinco apenados) em regime aberto.
Observação da Corregedoria: o Regime fechado é executado pela Vara



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Criminal de Redenção e pela Vara de Execução Penal de Marabá, conforme informação do Gabinete

14.3. Há pendências de guia de recolhimento a serem expedidas?

Anotação da Unidade: Sim.

Observação da Corregedoria: a Diretora de Secretaria informou que são guias de apenados em regime aberto e/ou semiaberto, que em razão do volume de trabalho, acabam atrasando. O controle é feito pelo uso de etiquetas. Informa que todas as guias de réus presos estão em dia. Estão em atraso as guias de penas em regime aberto. **Sugere-se como recomendação** que seja expedida as guias de recolhimento dos apenados em regime aberto que estavam pendentes no sistema.

14.4. Há regularidade com relação a expedição de guia de internamento ou de tratamento ambulatorial de pessoas sob medida de segurança?

Anotação da Unidade: A guia de internamento ou de tratamento ambulatorial é expedida logo após o trânsito em julgado da sentença que determinou a medida de segurança.

Observação da Corregedoria: Por ocasião da inspeção tinham somente três processos com medidas de segurança. 0012664-67.2017.814.0401, 0015799-53.2018.814.0401 e 5013049-40.2012.827.2729.

14.5. A emissão de atestado de pena observa os prazos previstos no artigo 12 da Resolução n. 113/2010-CNJ? (*Dispõe sobre o procedimento relativo à execução de pena privativa de liberdade e de medida de segurança e dá outras providências*)

Anotação da Unidade: Não se aplica, pois a vara não possui competência para Execução de Pena Privativa de Liberdade.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

15. VARA COM COMPETÊNCIA DE EXECUÇÃO FISCAL:

15.1. O juízo tem observado os requisitos para a distribuição das ações de execução fiscal a partir do julgamento do TEMA 1184 pelo Supremo Tribunal Federal? *(Extinção de execução fiscal de baixo valor, por falta de interesse de agir, baixa vista modificação legislativa posterior ao julgamento do RE 591.033 (Tema 109), que incluiu as certidões de dívida ativa entre os títulos sujeitos a protesto (Lei 12.767/2012), e a desproporção dos custos de prosseguimento da ação judicial).*

Anotação da Unidade: Sim.

Observação da CGJ: O magistrado que responde pela Unidade está fazendo esse levantamento para aplicação do TEMA. Importante orientar o magistrado e equipe que realizem a triagem de todas as demandas de execução fiscal, com valor de até 10000 reais e observando os termos da decisão do STF, atentem sobre os demais requisitos para extinção das respectivas ações. **Hoje, a Unidade tem em andamento 553 execuções fiscais.**

16. CORREIÇÃO ANUAL:

16.1. Data da última correição anual realizada na Unidade Judicial pela Corregedoria Geral e pelo magistrado/magistrada da Unidade. Qual o número de registro dos relatórios no sistema PJECOR?

Anotação da Unidade: A última correição anual foi realizada entre os dias 05 e 09 de fevereiro. Relatórios registrados no PJECOR 0000746-35.2024.2.00.0814.

Observação da Corregedoria: O plano de ação da Unidade foi encaminhado juntamente com o relatório.

16.2. Existem registros de recomendações na correição ordinária anterior realizada pela Corregedoria Geral que não foram integralmente cumpridas?



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Quais?

Anotação da Unidade: Em relação as determinações feitas pela corregedoria o Gabinete cumpriu o acompanhamento junto ao BNMP, inclusive determinada a verificação através do Depurômetro para regularização de todos os cadastros.

Foi realizado pedido para designação de trabalho com auxílio remoto, no entanto conforme SIGADOCTJPAREQ-2023/03307, o expediente encontra-se aguardando tramitação.

Os pedidos realizados sobre móveis para o gabinete foram atendidos, no entanto ainda há pendências sobre a estrutura do prédio indicadas no item 1.5.1 deste relatório, bem como há pendência relativo aos móveis do tribunal do júri.

Com a alteração das competências da vara, Resolução nº 015/2023, da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, a competência exclusiva criminal, houve o aumento considerável dos processos referentes a réu preso, no entanto o gabinete tem envidado todos os esforços necessários para análise com prioridade dos processos de réu preso.

Há a atuação ostensiva para movimentação dos processos paralisados há mais de 100 dias, conforme pode se perceber do que consta do Gestão Judiciaria que na data da finalização da correição realizada em fevereiro/2024 o índice de Paralisados há mais de 100 é de 8%.

Com relação a pauta de audiências, observa-se o recomendado com relação as audiências de instrução e julgamento, bem como com relação ao alongamento da pauta.

O gabinete tem envidado esforços para o cumprimento da meta 2, havendo a considerável melhora nos índices, inserindo inclusive no plano de trabalho determinações para o atingimento da referida meta.

Com alteração da competência, conforme informado acima, não há mais processos de suscitação de dúvidas tramitando na vara.

Em relação as determinações da Corregedoria na última Correição Ordinária realizada, a Secretaria cumpriu quase todas as orientações, exceto no que diz respeito à vinculação e destinação dos objetos apreendidos, uma vez que ainda não foi possível efetivar todo o cadastro no Sistema Nacional de Gestão de Bens - SNGB (Res. 483/2022 CNJ), pois ainda está pendente o cadastro dos bens apreendidos que se encontravam na 1ª Vara da Comarca de Conceição do Araguaia e que foram entregues na Secretaria Judicial em janeiro de 2024, devido a redistribuição de competências

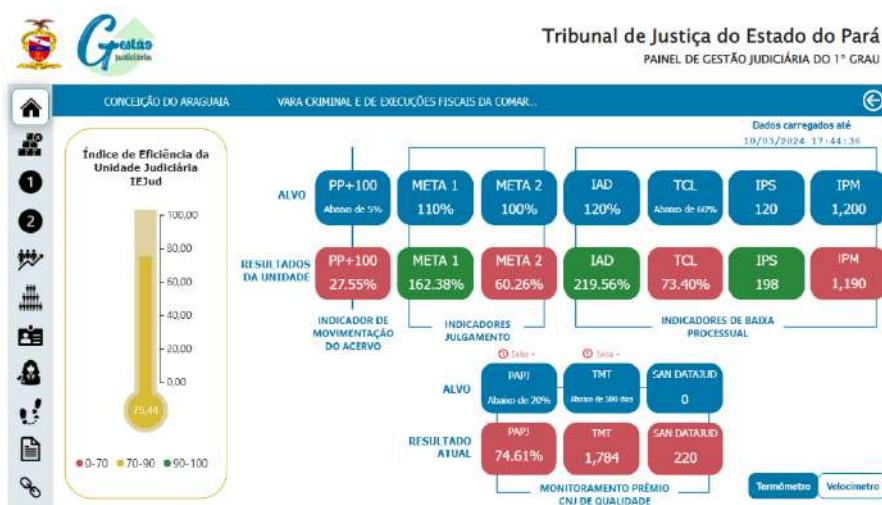


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

feita por meio da Resolução nº 015/2023, da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Entretanto, a Secretaria Judicial se comprometeu a empreender esforços para a regularização desse

17. DADOS ESTATÍSTICOS: *A ser preenchido pela Corregedoria Geral de Justiça*

1. IEJud



2. PP+100

Nº DO PROCESSO	ANO DO PROCESSO	TEMPO DE PARALISAÇÃO	SITUAÇÃO	SISTEMA	IDCLASSE
0000016520038140017	2003	142	EM ANDAMENTO	PIEIG	1116 EXECUÇÃO
00000146420038140017	2003	262	EM ANDAMENTO	PIEIG	1116 EXECUÇÃO
00000213620158140017	2013	119	EM ANDAMENTO	PIEIG	10943 Ação Penal
0000035250128140017	2012	207	EM ANDAMENTO	PIEIG	282 Ação Penal
0000035920118140017	2011	308	EM ANDAMENTO	PIEIG	282 Ação Penal
0000040381998140017	1998	131	EM ANDAMENTO	PIEIG	1116 EXECUÇÃO
00000419020168140017	2016	119	EM ANDAMENTO	PIEIG	10943 Ação Penal
00000535620068140017	2006	104	EM ANDAMENTO	PIEIG	1116 EXECUÇÃO
00000550220018140017	2001	106	EM ANDAMENTO	PIEIG	282 Ação Penal
00000603820128140017	2012	119	EM ANDAMENTO	PIEIG	283 Ação Penal
00000639020128140017	2012	119	EM ANDAMENTO	PIEIG	283 Ação Penal
00000675920148140017	2014	119	EM ANDAMENTO	PIEIG	283 Ação Penal
00000683119838140017	1983	102	JULGADO	PIEIG	1116 EXECUÇÃO
0000068820078140017	2007	329	JULGADO	PIEIG	282 Ação Penal
00000754219918140017	1991	171	EM ANDAMENTO	PIEIG	1116 EXECUÇÃO
00000827220078140017	2007	173	EM ANDAMENTO	PIEIG	282 Ação Penal
0000088020178140017	2017	119	EM ANDAMENTO	PIEIG	283 Ação Penal
00000923820158140017	2015	104	EM ANDAMENTO	PIEIG	279 INQUÉRITO
00000992120018140017	2001	328	EM ANDAMENTO	PIEIG	1116 EXECUÇÃO



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

ACERVO EM GABINETE - PRIORIDADE

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU

CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA
VARA CRIMINAL E DE EXECUÇÕES FISCAIS DA COMAR...

PP+100 - Processos Paralisados há mais de 100 dias

57,04%
Paralisados +100 dias

63
Acervo Paralisado

206

Lista de processos paralisados há mais de 100 dias

Nº DO PROCESSO	ANO DO PROCESSO	TEMPO DE PARALISAÇÃO	SITUAÇÃO	SISTEMA	IDCLASSE	
00000923820158140017	2015	104	EM ANDAMENTO	PJE1G	279	INQUÉRITO
00003220720208140017	2020	192	EM ANDAMENTO	PJE1G	283	Ação Penal
00006414520168140017	2018	108	EM ANDAMENTO	PJE1G	283	Ação Penal
00013857220178140017	2017	119	EM ANDAMENTO	PJE1G	283	Ação Penal
00014764620098140017	2009	119	EM ANDAMENTO	PJE1G	283	Ação Penal
00016326320118140017	2011	119	EM ANDAMENTO	PJE1G	283	Ação Penal
00019421120078140017	2007	119	EM ANDAMENTO	PJE1G	313	Pedido de P
00020162120148140017	2014	119	EM ANDAMENTO	PJE1G	283	Ação Penal
00021609720118140017	2011	119	EM ANDAMENTO	PJE1G	283	Ação Penal
00033295120138140017	2013	119	EM ANDAMENTO	PJE1G	283	Ação Penal
00035852320158140017	2015	119	EM ANDAMENTO	PJE1G	283	Ação Penal
00042705920178140017	2017	119	EM ANDAMENTO	PJE1G	283	Ação Penal
00044414520198140017	2019	119	EM ANDAMENTO	PJE1G	283	Ação Penal
00045930620138140017	2013	119	EM ANDAMENTO	PJE1G	283	Ação Penal
0004644020148140017	2014	119	EM ANDAMENTO	PJE1G	283	Ação Penal
00046917920198140017	2019	119	EM ANDAMENTO	PJE1G	283	Ação Penal
00049227120208140017	2020	119	EM ANDAMENTO	PJE1G	283	Ação Penal
00049435720148140017	2014	119	EM ANDAMENTO	PJE1G	283	Ação Penal
00054421670208140017	2020	227	EM ANDAMENTO	PJE1G	283	Ação Penal

Em Gabinete (S: sim; N: não)
S

Gratuidade (S: sim; N: não)
Todos

Sigilo (S: sim; N: não)
Todos

Juizo 100% Digital (S: sim; N: não)
Todos

Prioridade (S: sim; N: não)
S

Número do processo
Todos

3. META 1

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU

CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA
VARA CRIMINAL E DE EXECUÇÕES FISCAIS DA COMAR...

Meta 1

162,38%
Meta Nacional 1

997
Julgados Meta 1

613
Casos Novos Meta 1

Considerando o comportamento dos últimos 12 meses, o nível produtivo da Unidade deve ser, em média, de

- 66 processos de conhecimento julgados por MÊS no ano de 2024.
- 15 processos de conhecimento julgados por SEMANA no ano de 2024.
- 3 processos de conhecimento julgados por DIA no ano de 2024.

Meta 1 cumprida a nível desejável

Casos Novos e Processos Julgados de Meta 1

Mês	Casos Novos de Meta 1	Julgados de Meta 1
Abr/2023	88	96
Mai/2023	114	106
Jun/2023	86	93
Jul/2023	97	113
Ago/2023	104	100
Sep/2023	91	109
Out/2023	89	108
Nov/2023	66	-226
Dez/2023	63	42
Jan/2024	33	51
Feb/2024	49	98
Mar/2024	25	17



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
 PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU

CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA VARA CRIMINAL E DE EXECUÇÕES FISCAIS DA COMAR...

ACERVO	JULGADOS DE META 1	CASOS NOVOS DE META 1
ACERVO COM PRIORIDADE	997	613

Lista de processos julgados de Meta 1

Nº DO PROCESSO	SISTEMA	ID/CLASSE	CLASSE	ASSUNTO
00000368320079140017	REJG	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	3618 - Furto
00000472420159140017	REJG	40	MONITÓRIA	9607 - Contratos bancários
00000579419398140017	REJG	282	Ação Penal de Competência do Juri	8372 - Homicídio Qualificado
000003084020119140017	REJG	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	3419 - Roubos
00001047630238140017	REJG	11055	Carteira Inconstruída Criminal	8372 - Homicídio Qualificado
00001028920179140017	REJG	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	3535 - Crime Tortado
00001243320059140017	REJG	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	3431 - Estelionato

4. META 2

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
 PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU

CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA VARA CRIMINAL E DE EXECUÇÕES FISCAIS DA COMAR...

ACERVO	PROCESSOS PENDENTES META 2	Dados de 2023 com referência do Glossário de Metas de 2022. Os dados podem sofrer alterações com a publicação do Glossário de Metas de 2023.
ACERVO COM PRIORIDADE	1.100	

Lista de processos pendentes de Meta 2

Nº DO PROCESSO	SISTEMA	ID/CLASSE	CLASSE	ASSUNTO	DATA DO EVENTO
0000992520130140017	REJG	282	Ação Penal de Competência do Juri	3372 - Homicídio Qualificado	16/10/2023 14:40:30
00079203400148140017	REJG	1118	Banheiros e Execução Fiscal	6017 - Dirige Alcool	16/02/2023 15:26:02
00061323120138140017	REJG	282	Ação Penal de Competência do Juri	3372 - Homicídio Qualificado	06/03/2024 14:22:57
00088361030199140017	REJG	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	19849 - Violência Doméstica Contra a Mulher	25/02/2024 20:13:35
00116640220130140017	REJG	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	5560 - Decorente de Violência Doméstica	07/02/2024 16:20:32
00005017230138140017	REJG	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	3419 - Roubos	25/02/2024 13:51:30
00223211201180140017	REJG	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	3633 - Crimes do Sistema Nacional de Armas	12/01/2024 10:49:50
00100054820188140017	REJG	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	3633 - Crimes do Sistema Nacional de Armas	06/01/2024 18:38:22
00000000000000000000	REJG	103	Ação Penal de Competência do Juri	3372 - Homicídio Qualificado	05/03/2024 13:58:16



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

5. IAD



6. TCL





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

6. IPS



7. IPM





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

8. ACERVO

 Tribunal de Justiça do Estado do Pará
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU

CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA VARA CRIMINAL E DE EXECUÇÕES FISCAIS DA COMAR...

ACERVO	ACERVO ATIVO	PARALISADOS+100	CONCLUSOS	CONCLUSOS+100
	4.693	1.293	1.447	824

ACERVO COM PRIORIDADE

PROCESSOS SUSPENSOS

CASOS NOVOS

PROCESSOS BAIXADOS

PROCESSOS META 1

PROCESSOS META 2

Área

Em Gabinete (S: sim; N: não)

Gratuidade (S: sim; N: não)

Sigilo (S: sim; N: não)

Ácervo ativo por classe e situação processual

CLASSE	EM ANDAMENTO	JULGADO	Total	
Ação Penal - Procedimento Ordinário	2	1563	231	1796
INQUERITO POLICIAL	1	969	61	1031
EXECUÇÃO FISCAL		477	76	553
Ação Penal de Competência do Júri	8	225	33	266
Ação Penal - Procedimento Sumário		242	11	253
Medidas Protetivas de Interdição (Lei Maria da Penha)		95	38	133
Total	14	4190	489	4693

9. ACERVO COM PRIORIDADE

 Tribunal de Justiça do Estado do Pará
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU

CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA VARA CRIMINAL E DE EXECUÇÕES FISCAIS DA COMAR...

ACERVO

ACERVO ATIVO COM PRIORIDADE

994

Lista de processos do acervo ativo segundo tipo de prioridade

Nº DO PROCESSO	TIPO DE PRIORIDADE
00000133020138140017	VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

10. PROCESSOS SUSPENSOS

 Tribunal de Justiça do Estado do Pará
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU

CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA VARA CRIMINAL E DE EXECUÇÕES FISCAIS DA COMAR...

ACERVO

CASOS SUSPENSOS

758

Lista de processos suspensos

Nº DO PROCESSO	ANO DO PROCESSO	SISTEMA	IDCLASSE	CLASSE	Último movimento
0000049720158140017	2015	FE10	289	Ação Penal - Procedimento Ordinário	3612 - Crime

Último movimento

Todos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

11. PROCESSOS BAIXADOS

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU

CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA VARA CRIMINAL E DE EXECUÇÕES FISCAIS DA COMAR...

ACERVO
ACERVO COM PRIORIDADE
PROCESSOS SUSPENSOS
CASOS NOVOS
PROCESSOS BAIXADOS

PROCESSOS BAIXADOS
1.190

Lista de processos baixados nos últimos 12 meses

Tipo de baixa
Todos

12. PROCESSOS JULGADOS E NÃO BAIXADOS

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU
AMBIENTE DE RELATÓRIOS

CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA VARA CRIMINAL E DE EXECUÇÕES FISCAIS DA COMAR...

JULGADOS E NÃO BAIXADOS
452

Resumo de processos julgados e não baixados

CLASSE JULGADOS E NÃO BAIXADOS

Adm Penal - Procedimento Ordinário

JULGADOS E NÃO BAIXADOS

13. ENTRADA DE FEITOS NO PERÍODO DE 10.03.2023 A 10.03.2024

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU
AMBIENTE DE RELATÓRIOS

CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA VARA CRIMINAL E DE EXECUÇÕES FISCAIS DA COMAR...

ENTRADA DE FEITOS
4.718

Resumo de entrada de feitos judiciais na unidade

CATEGORIA/FASE/ÁREA	Denúncia	DISTRIBUIÇÃO	Mudança de Classe Processual	Petição	Redistribuição	Total
CARTAS PRECATORIAS		257				257
CONHECIMENTO CIVIL		482			56	540
CONHECIMENTO CRIMINAL	18	277		227	1.062	2.474
EXECUÇÃO CIVIL		55		18	20	93
EXECUÇÃO CRIMINAL		5		22	119	146
OUTROS		5				5
Total	18	1.097		269	1.207	4.718

Lista de processos que entram por distribuição e redistribuição

Nº DO PROCESSO	COD. CLASSE	CLASSE	ASSUNTO	SIT
000090412024142017	7	Procedimento Comum	10514 - Busca e Apreensão de Bens	
0001087192023182017	7	Procedimento Comum	7790 - Interdição por Dano Moral 11806 - Impedimento consignado	
0001154137023182017	7	Procedimento Comum	7732 - Registro de nascimento após prazo legal	
0001208452023182017	7	Procedimento Comum	5821 - Busca e Apreensão de Menores	
0001221542023182017	7	Procedimento Comum	10252 - Adicional de Periculosidade	
000127532023182017	7	Procedimento Comum	7977 - Reconhecimento / Dissolução	

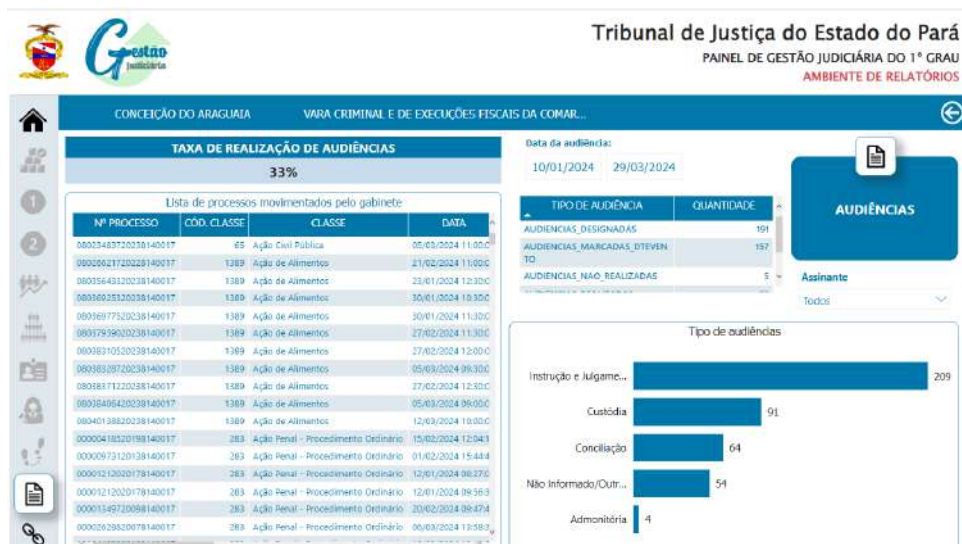
ENTRADA DE FEITOS

Selecione um período:
10/03/2023 10/03/2024

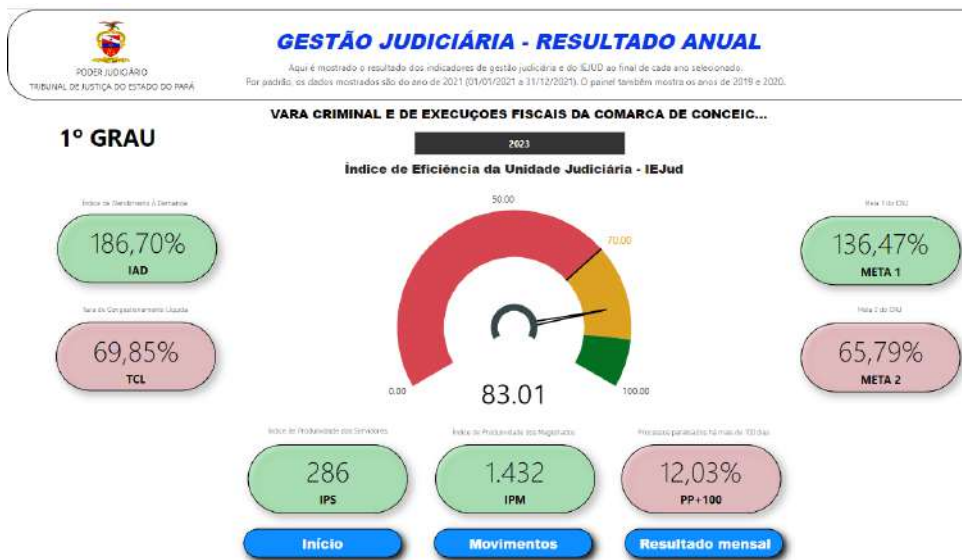


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

14. REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS NOS ÚLTIMOS TRÊS MESES



15. RESULTADO IEJUD 2023





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

16. PROCESSOS PENDENTES META 2

11/02/2024 09:00:09 1º Grau 1.100

Instância 1º Grau

Unidade Judiciária VARA CRIMINAL E DE EXECUÇÕES FISCAIS DA COMARCA

Processos Pendentes de Meta 1.100

Processos Análise

Resultado Pendentes - Exportação

An.	Processo	Unidade Judiciária	Classe	Assunto	Último Movimento	Data último movim.	Sistema
2006	0000015839066140055	VARA CRIMINAL E DE EXECUÇÕES FISCAIS DA COMARCA DE CONCEICAO DO ARAGUAIA	Ação Penal de Competência do Juri	3372 - Homicídio Qualificado	Conclusão	29/02/2024 13:58:55	PE10
2017	0000042920178140017	VARA CRIMINAL E DE EXECUÇÕES FISCAIS DA COMARCA DE CONCEICAO DO ARAGUAIA	Ação Penal - Procedimento Ordinário	3055 - Crimes do Sistema Nacional de Armas	Partição	17/03/2024 06:25:06	PE10
2013	0000133020138140017	VARA CRIMINAL E DE EXECUÇÕES FISCAIS DA COMARCA DE CONCEICAO DO ARAGUAIA	Ação Penal - Procedimento Ordinário	10949 - Violência Doméstica Contra a Mulher	Outras Decisões	03/02/2024 11:02:19	PE10
2015	0000213620158140017	VARA CRIMINAL E DE EXECUÇÕES FISCAIS DA COMARCA DE CONCEICAO DO ARAGUAIA	Ação Penal - Procedimento Sumário	3508 - Corrupção ativa	Redistribuição	13/11/2023 15:42:11	PE10
2014	0000251020148140017	VARA CRIMINAL E DE EXECUÇÕES FISCAIS DA COMARCA DE CONCEICAO DO ARAGUAIA	Ação Penal - Procedimento Ordinário	3603 - Crimes do Sistema Nacional de Armas	Outras Decisões	15/02/2024 20:09:56	PE10
2012	0000352520128140017	VARA CRIMINAL E DE EXECUÇÕES FISCAIS DA COMARCA DE CONCEICAO DO ARAGUAIA	Ação Penal de Competência do Juri	3372 - Homicídio Qualificado	Manutenção de Classe Processual	17/06/2023 10:15:29	PE10
2011	0000353620118140017	VARA CRIMINAL E DE EXECUÇÕES FISCAIS DA COMARCA DE CONCEICAO DO ARAGUAIA	Ação Penal de Competência do Juri	3370 - Homicídio Simples	Conclusão	08/05/2023 12:37:02	PE10

17. PROCESSOS PENDENTES META 4

11/02/2024 09:00:09 1º Grau 5

Instância 1º Grau

Unidade Judiciária VARA CRIMINAL E DE EXECUÇÕES FISCAIS DA COMARCA

Processos Pendentes de Meta 5

Processos Análise

Resultado Pendentes - Exportação

An.	Processo	Unidade Judiciária	Classe	Assunto	Último Movimento	Data último movim.	Sistema
2016	0003310420168140017	VARA CRIMINAL E DE EXECUÇÕES FISCAIS DA COMARCA DE CONCEICAO DO ARAGUAIA	Ação Penal - Procedimento Ordinário	3551 - Concussão	Partição	04/03/2024 14:33:32	PE10
2016	00033113520168140017	VARA CRIMINAL E DE EXECUÇÕES FISCAIS DA COMARCA DE CONCEICAO DO ARAGUAIA	Ação Penal - Procedimento Ordinário	3551 - Concussão	Partição	19/02/2024 16:48:43	PE10
2015	000320757620158140017	VARA CRIMINAL E DE EXECUÇÕES FISCAIS DA COMARCA DE CONCEICAO DO ARAGUAIA	Ação Penal - procedimento Ordinário	3482 - Estelionato majorado	Redistribuição	19/11/2023 15:40:11	PE10
2017	00037923120178140017	VARA CRIMINAL E DE EXECUÇÕES FISCAIS DA COMARCA DE CONCEICAO DO ARAGUAIA	Ação Penal - Procedimento Ordinário	3614 - Crimes contra a Ordem Tributária	Redistribuição	12/11/2023 15:49:11	PE10
2018	00144206520188140017	VARA CRIMINAL E DE EXECUÇÕES FISCAIS DA COMARCA DE CONCEICAO DO ARAGUAIA	Ação Penal - Procedimento Ordinário	3529 - Uso de documento falso	Conclusão	07/03/2024 13:30:10	PE10



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

18. PROCESSOS PENDENTES META 8 VDM

11/03/2024 06:03:09 | 1º Grau | 209

Instância: 1º Grau

Unidade Judiciária: VARA CRIMINAL E DE EXECUÇÕES FISCAIS DA COMARCA...

Processos Pendentes de Meta: 209

Resultado Pendentes - Exportação

An.	Processo	Unidade Judiciária	Classe	Assunto	Último Movimento	Data último movim...	Sistema
2018	0000541052018140017	VARA CRIMINAL E DE EXECUÇÕES FISCAIS DA COMARCA DE CONCEIÇÃO DO ARAUJÁRIA	Ação Penal - Procedimento Ordinário	10949 - Violência Doméstica Contra a Mulher	Mandado	06/03/2024 13:19:45	FE1G
2018	0000042072018140017	VARA CRIMINAL E DE EXECUÇÕES FISCAIS DA COMARCA DE CONCEIÇÃO DO ARAUJÁRIA	Ação Penal - Procedimento Ordinário	10949 - Violência Doméstica Contra a Mulher	Requição	28/07/2022 14:43:00	FE1G
2020	0000303962020140017	VARA CRIMINAL E DE EXECUÇÕES FISCAIS DA COMARCA DE CONCEIÇÃO DO ARAUJÁRIA	Ação Penal - Procedimento Ordinário	10949 - Violência Doméstica Contra a Mulher 12194 - Contra a Mulher	Requição	06/03/2024 09:00:04	FE1G
2020	0000222072020140017	VARA CRIMINAL E DE EXECUÇÕES FISCAIS DA COMARCA DE CONCEIÇÃO DO ARAUJÁRIA	Ação Penal - Procedimento Ordinário	12194 - Contra a Mulher	Conclusão	01/09/2023 13:32:56	FE1G
2020	000026541202018140017	VARA CRIMINAL E DE EXECUÇÕES FISCAIS DA COMARCA DE CONCEIÇÃO DO ARAUJÁRIA	Ação Penal - Procedimento Ordinário	10949 - Violência Doméstica Contra a Mulher	Conclusão	02/02/2024 15:02:25	FE1G
2018	000042492018140017	VARA CRIMINAL E DE EXECUÇÕES FISCAIS DA COMARCA DE CONCEIÇÃO DO ARAUJÁRIA	Ação Penal - Procedimento Ordinário	5360 - Documento de Violência Doméstica 10949 - Violência Doméstica Contra a Mulher 3360 - Documento de Violência Doméstica 10949 - Violência Doméstica Contra a Mulher	Expedição de documento	08/03/2024 16:42:17	FE1G
2019	000021182018140017	VARA CRIMINAL E DE EXECUÇÕES FISCAIS DA COMARCA DE CONCEIÇÃO DO ARAUJÁRIA	Ação Penal - Procedimento Ordinário	3360 - Documento de Violência Doméstica 10949 - Violência Doméstica Contra a Mulher	Expedição de documento	08/03/2024 16:44:02	FE1G

19. PROCESSOS PENDENTES META 10

11/03/2024 05:00:09 | 1º Grau | 14

Instância: 1º Grau

Unidade Judiciária: VARA CRIMINAL E DE EXECUÇÕES FISCAIS DA COMARCA...

Processos Pendentes de Meta: 14

Resultado Pendentes - Exportação

An.	Processo	Unidade Judiciária	Classe	Assunto	Último Movimento	Data último movim...	Sistema
2020	000034558202018140017	VARA CRIMINAL E DE EXECUÇÕES FISCAIS DA COMARCA DE CONCEIÇÃO DO ARAUJÁRIA	Ação Penal - Procedimento Ordinário	3620 - Crimes contra a Floresta	Documento	05/02/2024 11:55:21	FE1G
2016	000045338201618140017	VARA CRIMINAL E DE EXECUÇÕES FISCAIS DA COMARCA DE CONCEIÇÃO DO ARAUJÁRIA	Ação Penal - Procedimento Ordinário	5423 - Alteração de limites 3321 - Quadrilha ou Bando 3618 - Crimes do Sistema Nacional de Armas 3383 - Fosse de Drogas para Consumo Pessoal	Redistribuição	15/11/2023 15:40:11	FE1G
2020	000918112202018140017	VARA CRIMINAL E DE EXECUÇÕES FISCAIS DA COMARCA DE CONCEIÇÃO DO ARAUJÁRIA	Tema Circunstanciado	3422 - Alteração de limites	Redistribuição	12/11/2022 19:48:11	FE1G
2021	080017428202118140017	VARA CRIMINAL E DE EXECUÇÕES FISCAIS DA COMARCA DE CONCEIÇÃO DO ARAUJÁRIA	Ação Penal - Procedimento Ordinário	3619 - Crimes contra a Fauna 3620 - Crimes contra a Floresta	Requição	05/02/2024 16:30:38	FE1G
2023	080018147202318140017	VARA CRIMINAL E DE EXECUÇÕES FISCAIS DA COMARCA DE CONCEIÇÃO DO ARAUJÁRIA	Ação Penal - Procedimento Ordinário	3402 - Armação 3426 - Dano 3619 - Crimes contra a Fauna	Expedição de documento	16/02/2024 00:26:27	FE1G
2021	080022414202118140017	VARA CRIMINAL E DE EXECUÇÕES FISCAIS DA COMARCA DE CONCEIÇÃO DO ARAUJÁRIA	Ação Penal - Procedimento Ordinário	3401 - Contrabando ilegal 3428 - Alteração de limites 3429 - Alteração de limites	Redistribuição	12/11/2023 15:40:11	FE1G



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

20. PAINEL DO PIB



18. PRINTS TELA PJE:

ETIQUETAS PJE

1. Réu preso

ETIQUETAS

réu preso

- RÉU PRESO
- RÉU PRESO
- RÉU PRESO
- RÉU PRESO
- RÉU PRESO
- RÉU PRESO
- RÉU PRESO

Encontrados 128 processos.

PatCrim 0800120-55.2024.8.14.0017
 Decorrente de Violência Doméstica
 / Vara Criminal e de Execuções Fiscais de C
 DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE CONCEIÇÃO D
 ÚLTIMA MOVIMENTAÇÃO: ARQUIVADO DEF#
 extinção X RÉU PRESO X

PePrPr 0804908-49.2023.8.14.0017
 Crime de Descumprimento de Medida
 / Vara Criminal e de Execuções Fiscais de C
 DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE CONCEIÇÃO D
 ÚLTIMA MOVIMENTAÇÃO: DECORRIDO PRAZ
 RÉU PRESO X SIGILOSO X

LibProv 0804513-57.2023.8.14.0017
 Liberdade Provisória
 / Vara Criminal e de Execuções Fiscais de C
 X MINISTÉRIO P
 ÚLTIMA MOVIMENTAÇÃO: ARQUIVADO DEF#
 AG. TRÁMITO X ARQUIVAR X Julvoo 1



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

2. CARTAS PRECATÓRIAS

ETIQUETAS

PREC

- DEVOLVER CARTA PRECATÓRIA
- DEVOLVER CARTA PRECATÓRIA CRIMINAL
- EXPEDIR CARTA PRECATÓRIA
- OFICIAR JUÍZO DEPRECANTE
- [D] CARTA PRECATÓRIA CRIMINAL
- [D] CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
- [D] PRECONCEITUOSA
- carta precatória

3. PRESCRIÇÃO

ETIQUETAS

PRESC

Encontrados 61 processos.

- CONTROLAR prazo de prescrição
- PRESCRIÇÃO
- PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO RETROATIVA
- PRESCRIÇÃO EM SETEMBRO
- PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE
- [D] PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA
- prescrição urgente

APOrd 0002016-35.2007.8.14.0017
Furto
/ Vara Criminal e de Execuções Fiscais de Concelg
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARÁ X
ÚLTIMA MOVIMENTAÇÃO: DECORRIDO PRAZO DE MI
[\[D\] AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO X](#)

IP 0004856-33.2016.8.14.0017
Crimes de Trânsito
/ Vara Criminal e de Execuções Fiscais de Concelg
DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE FLORESTA DO ARAGUAIA
ÚLTIMA MOVIMENTAÇÃO: DECORRIDO PRAZO DE DE
[\[D\] CRIMES DE TRANSITO X](#) [\[D\] INQUERITO POLI](#)

APOrd 0006720-14.2013.8.14.0017
Crimes do Sistema Nacional de Armas
/ Vara Criminal e de Execuções Fiscais de Concelg
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARÁ X
ÚLTIMA MOVIMENTAÇÃO: ARQUIVADO DEFINITIVAME
[\[D\] AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO X](#)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

4. PJE SEC 1

<input checked="" type="checkbox"/> Tarefas	
Filtros	
Informar pagamento de custas intermediárias	6
Avaliar ato proferido de julgamento	29
Aguardando apreciação em regime de plantão	4
Aguardando apreciação pela instância superior	6
Aguardando o pagamento de custas iniciais	3
Aguardando publicação no DJEN	4
Aguardando retorno dos correios	9

5. PJE SEC2

<input checked="" type="checkbox"/> Tarefas	
Filtros	
Analisar manifestação parcial	38
Analisar suspensão ou sobrestamento	16
Arquivo provisório	64
Avaliar ato proferido de decisão	192
Avaliar ato proferido de despacho	45
Avaliar ato proferido	16
Avaliar decisão sobre justiça gratuita	2



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

6. PJE SEC3

☑ Tarefas	
Filtros	▼
Avaliar decisão sobre pagamentos de custas	12
Avaliar expedição de documento	87
Comunicação por correios frustrada	22
Comunicação realizada pelos correios	15
Confirmar minuta de documento	1
Cumprir determinação sobre desarquivamento	1
Custas não pagas	8

7. PJE SEC4

☑ Tarefas	
Filtros	▼
Desmembrar processo	1
Enviar a uma central de mandados	1
Erro na publicação no DJEN	9
Levantamento de suspensão ou sobrestamento	1
Minutar análise de desarquivamento	1
Minutar ato de decisão	247
Minutar ato de despacho	8



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

8. PJE SEC5

<input checked="" type="checkbox"/> Tarefas	
Filtros	
Minutar ato de julgamento	18
Preparar ato de comunicação simplificado	7
Preparar intimação custas (finais)	1
Preparar intimação custas (intermediárias)	2
Processo com prazo em curso	33
Processo suspenso	11
Processos devolvidos pelo plantão	1

9. PJE SEC6

<input checked="" type="checkbox"/> Tarefas	
Filtros	
Processos redistribuídos para esta unidade	28
Processos remetidos por declinação de competência	3
Processos suspensos	3
Triagem execução fiscal	37
Verificar providência a adotar	129
[CRIM] Aguardando apreciação pela instância superior	41
ICRIM] Aguardando inquérito	11



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

10. PJE SEC7

☑ Tarefas	
Filtros	
[CRIM] Aguardando prazo	580
[CRIM] Aguardar realização de audiência	180
[CRIM] Apensar processo(s)	1
[CRIM] Arquivo provisório	24
[CRIM] Avaliar expedição de documento	652
[CRIM] Confirmar ato de audiência	3
[CRIM] Confirmar ato de decisão	1
[CRIM] Confirmar ato de julgamento	1

11. PJE SEC8

☑ Tarefas	
Filtros	
[CRIM] Confirmar minuta de documento	5
[CRIM] Cumprir ato proferido de decisão inicial	1
[CRIM] Cumprir ato proferido de decisão	333
[CRIM] Cumprir ato proferido de despacho	62
[CRIM] Cumprir ato proferido de julgamento	97
[CRIM] Cumprir decisão em audiência	10
[CRIM] Designação de audiência	15
[CRIM] Juntar termo de audiência	3



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

12. PJE SEC9

☑ Tarefas	
Filtros	▼
[CRIM] Minutar ato de audiência	2
[CRIM] Minutar ato de decisão	892
[C] [CRIM] Minutar ato de decisão }	148
[CRIM] Minutar ato de julgamento	127
[CRIM] Minutar documento	44
[CRIM] Preparar ato de comunicação simplificado criminal	95
[CRIM] Preparar comunicação	1

13. PJE SEC10

☑ Tarefas	
Filtros	▼
[CRIM] Preparar comunicação	1
[CRIM] Processo suspenso	147
[CRIM] Recebimento de instância superior	5
[CRIM] Reclassificar conclusão de julgamento	1
[CRIM] Selecionar uma central de mandados	3
[CRIM] Verificar manifestação inquérito	2
[CRIM] Verificar manifestação	874
[CRIM] Verificar providência a adotar	89



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

1. PJE GAB1

☑ Tarefas	
Filtros	▼
Aguardando apreciação pela instância superior	6
Avaliar expedição de documento	87
Minutar análise de desarquivamento	1
Minutar ato de decisão	247
Minutar ato de despacho	8
Minutar ato de julgamento	18
Minutar decisão sobre BACENJUD	2

2. PJE GAB2

☑ Tarefas	
Filtros	▼
Minutar decisão sobre penhora	2
Minutar	Minutar decisão sobre penhora 17
Minutar despacho	1
Preparar ato de comunicação simplificado	7
[CRIM] Aguardar realização de audiência	180
[CRIM] Confirmar ato de audiência	3
[CRIM] Confirmar ato de decisão	1



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

3. PJE GAB3

☑ Tarefas	
Filtros	▼
[CRIM] Confirmar ato de julgamento	1
[CRIM] Designação de audiência	15
[CRIM] Juntar termo de audiência	3
[CRIM] Minutar ato de audiência	2
[CRIM] Minutar ato de decisão	892
[CRIM] Minutar ato de despacho	148
[CRIM] Minutar ato de julgamento	127
[CRIM] Reclassificar conclusão de julgamento	1

19. CONCLUSÃO:

A Comarca de Conceição do Araguaia compõe o 10º Pólo - 13ª Região Judiciária do TJPA. O Exmº Sr. Dr. César Leandro Pinto Machado, Juiz Titular da Unidade desde 26/04/2021, atua na 24ª Zona Eleitoral, estava por ocasião da inspeção correicional, em gozo de licença, que se estenderá pelo período de fevereiro a julho do ano de 2024. Estava respondendo pela Unidade o magistrado Marcos Paulo Sousa Campelo, desde o dia 2/3/2024, conforme Portaria n. 761/2024-GP. A Unidade é composta por 6 servidores efetivos, 1 exclusivamente comissionado e 2 cedidos. A Diretora de Secretaria está no cargo desde o mês de setembro de 2017. Há 1 (um) servidor afastado por licença médica no período de 4/1 a 2/4/2024. Não há estagiário na Unidade. A Unidade foi transformada em Vara Criminal com competência em execução no regime semiaberto e aberto e penas alternativas e execuções fiscais em novembro/2023.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

O Fórum da Comarca está em condições regulares de conservação, apresentando algumas infiltrações na parede devido ao aparelho de ar-condicionado e sujeira que caiu do forro da secretaria e rachadura no salão do júri. Possui atualmente dois veículos locados, sendo uma caminhonete e um veículo gol. Não há internet Wi-Fi.

Na delegacia de Polícia há muitos bens apreendidos sem a identificação dos procedimentos. A lista foi encaminhada ao magistrado Diretor do Fórum. No fórum também há bens apreendidos, porém todos identificados. A determinação é para que a Unidade cumpra o Provimento Conjunto n. 02/2021-CJRMB/CJCI.

Os relatórios de fiscalização judicial virtual foram encaminhados ao Chefe da UNAJ, à Diretora de Secretaria e ao magistrado.

Não há processos com depósitos judiciais sem movimentação há mais de três anos.

A Unidade utiliza livros e cadernetas físicas para acompanhamento de pessoas com comparecimento mensal. Foram orientados a utilizar modelo de certidão, o qual foi repassado à Diretora de Secretaria para que façam a juntada diretamente no PJe de modo a eliminar o controle físico.

Nos termos do artigo 17-A da Lei nº 14.857, que altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, fica esclarecido que o nome da vítima será mantido em sigilo durante todo o processo judicial.

Foi realizado workshop com a Assessora Técnica em Informática da Corregedoria sendo tratados diversos assuntos relacionados ao sistema PJe. Constatou-se que:

- a) a Unidade tem 17 páginas de etiquetas, muitas não utilizadas. Foi orientada a emitir Ordem de Serviço para padronização das etiquetas;
- b) utilizam etiqueta Arma apreendida/bens apreendidos.
- c) devem realizar os cursos autoinstrucionais na Escola Judicial do Estado do Pará, principalmente o curso de PJe Criminal, considerando a competência da Unidade.
- d) a Unidade não tem cadastrado os bens no SNGB vindos da delegacia por meio da



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

cadeia de custódia, o que deve ser sanado.

- e) a Unidade atualiza a guia informações criminais somente nos processos de réus presos. Foi orientada a atualizar a guia informações criminais de todos os processos, inclusive os processos migrados.
- f) a guia agrupadores está com muita petição não lida. Foi orientada a retirar de destaque.
- g) foi mostrado a forma de controle dos mandados não devolvidos pelos Srs. Oficiais de Justiça e dos mandados a depurar na guia expedientes.

A Corregedoria-Geral de Justiça também intermediou workshop com o servidor Gleison Furtado Gomes, do DPGE sobre o painel de gestão. Na oportunidade foram verificados processos na Meta 2, datados do ano de 1995. Em análise desses processos, verificou-se que no processo n. 00001227-41.995.814.0017 - Art. 121, caput c/c art. 14, II do CPB, em fase de apelação de sentença, ainda na Unidade para certificar apresentação de razões de apelação pela Defensoria Pública.

Processo n. 0000224-96.1995.814.0017 - art. 148 e 121, §2º, inciso I e IV e art. 69, ambos do CPB, sendo oferecida denuncia em 23/05/2023. Em fase de designação de audiência de instrução e julgamento.

Processo n. 0000330-58.1995.814.0017 - art. 121, § 2º, inciso II e IV do CPB, designada sessão do tribunal do Júri para o dia 22/03/2024.

A Unidade deve dar encaminhamento aos processos físicos arquivados que estão no salão do tribunal do júri para o Arquivo Regional de Belém, conforme Portaria n. 3133/2021, publicada em 16/09/2021.

Foi realizada reunião entre os servidores do Setor de Distribuição de Feitos de Belém e da Unidade Criminal de Conceição do Araguaia para tratarem de assunto relacionado à emissão da certidão de antecedentes criminais.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Foi relatado pelos senhores Oficiais de Justiça que os mandados estão sendo encaminhados à Central de Mandados com prazos exíguos para cumprimento. A servidora Valmirene da Secretaria da Vara Criminal informou que isso está ocorrendo com os processos de réus presos em razão do gabinete está remetendo os processos à Secretaria com prazos bastantes diminutos. Foram orientados (gabinete e secretaria) a cumprir o provimento n. 09/2019.

A Diretora de Secretaria informou que ainda não têm nenhum caso de destinação dos valores de pena pecuniária, em razão da competência criminal da Vara ter passado a vigorar a partir de novembro de 2023, mas tão logo tenham situações desse tipo, irão proceder de acordo com a Resolução n. 154/2012 - CNJ, Provimento n. 03/2013-CJRMB/CJCI e Provimento n. 05/2010-CJCI.

19. REGISTROS FOTOGRÁFICOS: *A ser preenchido pela Corregedoria Geral de Justiça*

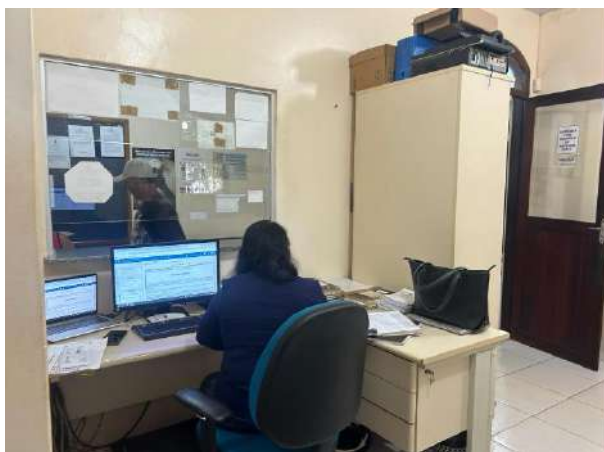
1. Audiência de abertura da correição





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

2. Secretaria criminal





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

3. Corredor do fórum



4. Distribuição





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

5. Reunião da Dra. Ana Angélica com os servidores da Vara Criminal



6. Sala de audiências – Vara Criminal





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

7. Gabinete – Vara Criminal



8. Diretoria do fórum



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA



9. Sala dos oficiais de justiça



10. Copa



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA



11. Bens do Tribunal em desuso





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

12. Bens apreendidos em processos



13. Arquivo morto



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA



14. *Processos arquivados*



15. *Rachaduras na parede – salão do júri*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA



16. Workshop PJe – Noemy Carvalho - CGJ





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

17. Workshop Painel de Gestão– Gleison Gomes - DPGE



18. Frente do Fórum



19. Fachada Juizado Especial



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA



20. FOTOS DA DELEGACIA DE POLÍCIA





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA



21. FOTOS ENCERRAMENTO DA INSPEÇÃO



20. ANEXOS:

Listagem réus presos.

Plano de Teletrabalho da servidora Renata Cabral Martins.

Plano de ação da Unidade.

Lista de processos paralisados há mais de cem dias.

Inspeção Judicial Delegacia de Polícia de Conceição do Araguaia.

Relatórios fiscalização judicial virtual.

Ofício Delegacia de Polícia veículos apreendidos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Sendo estas as considerações a serem realizadas, conclui-se o presente relatório de inspeção com **registro de agradecimento** ao magistrado **Marcos Paulo Sousa Campelo** e a todos os servidores pela colaboração prestada durante os trabalhos e na coleta de dados.

É o relatório que submetemos à elevada apreciação do Exmo. Sr. Des. Corregedor-Geral de Justiça para deliberação final.

Conceição do Araguaia-PA, inspeção realizada nos dias 11 e 12 de março de 2024.

ANA ANGELICA ABDULMASSIH
OLEGARIO:7919

Assinado de forma digital por ANA ANGELICA ABDULMASSIH
OLEGARIO:7919
Dados: 2024.07.26 12:52:17 -03'00'

Ana Angélica Abdulmassih Olegário

Juíza Corregedora

PAULO SERGIO
OLIVEIRA:300153402
87

Assinado de forma digital por PAULO SERGIO
OLIVEIRA:30015340287
Dados: 2024.07.26 12:24:37 -03'00'

Paulo Sérgio Oliveira

Servidor da Corregedoria-Geral de Justiça

ROSYMARY NEVES
TEIXEIRA:3757154
0291

Assinado de forma digital por ROSYMARY NEVES
TEIXEIRA:37571540291
Dados: 2024.07.26 13:27:53 -03'00'

Rosymary Neves Teixeira

Servidora da Corregedoria-Geral de Justiça